



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A., relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes e do Parecer dos Atuariais Auditores Independentes.

O Mercado de Seguros

A Bradesco Vida e Previdência apresenta desempenho de destaque no segmento de atuação, um dos mais dinâmicos da economia brasileira, em virtude do compromisso de manter uma política de produtos inovadores, retribuindo a confiança de seus participantes, segurados e beneficiários e a sólida posição conquistada no mercado.

Manteve posição de destaque em receitas dos produtos de Previdência Complementar Aberta e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), participando com 23,26% do mercado e deteve 16,13% dos prêmios de seguros de Pessoas, conforme dados divulgados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), em novembro de 2023.

Desempenho das Operações de Seguros e Previdência Complementar

A Bradesco Vida e Previdência apresentou, no exercício de 2023, Lucro Líquido de R\$ 5,282 bilhões (R\$ 3,191 bilhões no exercício de 2022). O Patrimônio Líquido somou R\$ 7,726 bilhões, representando uma rentabilidade de 63,58% sobre o Patrimônio Líquido Médio. As receitas de Contribuições de Planos de Aposentadoria, Pensão e Pecúlio, somadas aos Prêmios do VGBL, totalizaram, no exercício de 2023, R\$ 39,200 bilhões (R\$ 34,227 bilhões no exercício de 2022). O volume de prêmios de seguros de Pessoas atingiu R\$ 10,093 bilhões (R\$ 10,822 bilhões no exercício de 2022).

As Provisões Técnicas, no exercício de 2023, cresceram 11,75%, somando R\$ 327,498 bilhões (R\$ 293,056 bilhões no exercício de 2022), e as aplicações financeiras 11,74%, atingindo R\$ 333,485 bilhões (R\$ 298,449 bilhões no exercício de 2022).

Política de Reinvestimento de Lucros e Política de Distribuição de Dividendos

O lucro líquido, após as deduções legais e distribuições previstas no Estatuto Social, terá a destinação proposta pela Diretoria e deliberada pelos acionistas em Assembleia Geral, podendo ser designado 100% à Reserva de Lucros – Estatutária, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações da Companhia, até atingir o limite de 95% do valor do capital social integralizado.

O Estatuto prevê, ainda, o pagamento aos acionistas da Bradesco Vida e Previdência, do mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, a título de dividendos, respeitadas as deduções e distribuições previstas.

A Diretoria está autorizada pelo Estatuto Social, a declarar e pagar dividendos intermediários à conta de Lucros Acumulados ou de Reservas existentes.

Aplicações Financeiras

As aplicações financeiras estão classificadas nas categorias Negociação, Disponível para Venda e Mantidos até o Vencimento, conforme normas contábeis em vigor. De acordo com essas normas, a Bradesco Vida e Previdência S.A. declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento, os títulos classificados na categoria mantidos até o vencimento.

Inovações em Produtos e Serviços

A Bradesco Vida e Previdência segue contribuindo para disseminar a cultura de proteção e de planejamento financeiro através dos seus produtos de Seguros de Pessoas e Previdência Complementar. Atenta às transformações do mercado e, visando uma melhor experiência dos seus segurados e participantes, destacam-se as principais ações:

No ramo de Previdência Complementar Aberta, com relação ao *portfólio* de produtos individuais e empresariais, assume uma posição precursora, trazendo produtos sofisticados, com destaque para o aumento de parcerias com gestoras renomadas do mercado, ampliando as opções ao público e compondo um *portfólio* completo e competitivo, atendendo a todos os perfis de investidor, disponível inclusive, para o público corporativo. Os avanços no autoatendimento aos clientes para autonomia e gestão de seus planos de forma dinâmica e prática seguiram presentes, com destaque para a implementação do autosserviço visando a portabilidade externa de entrada, fomentando a captação de reservas das congêneres do mercado para a Bradesco Vida e Previdência.

A implementação contínua de melhorias nos processos de contratação digital se manteve fortalecida, gerando resultados recorde de captação. A empresa ampliou as opções de autosserviço nos canais de atendimento digital do Banco Bradesco e, também, nos canais proprietários da seguradora, que passaram a contar com maior ecossistema, favorecendo a oferta de produtos de previdência complementar aos clientes de mercado.

No ramo de Seguros de Pessoas, focamos em disseminar a importância do seguro para o planejamento familiar e sucessório, através da comunicação e treinamento; e evolução dos processos e produtos.

No exercício de 2023, a Bradesco Vida e Previdência revisou seu portfólio com lançamento de novos produtos destinados, tanto aos clientes pessoa física, quanto pessoa jurídica. A Companhia investiu em um portfólio atual e competitivo, trazendo amplitude de soluções para nossos clientes, e inovando para manter a liderança do segmento.

Para os produtos individuais foram lançadas novas coberturas e assistências, além de revisão da precificação, ampliando assim as possibilidades de oferta e tornando-os mais competitivos. As jornadas para comercialização também foram revisadas nos canais de comercialização para uma experiência mais intuitiva e eficiente.

Para o segmento empresarial, foi realizado o lançamento de uma nova versão do produto Empresarial Flexível, com novas opções de coberturas, assistências e que permite ainda a contratação de coberturas de Vida em Grupo ou Acidentes Pessoais Coletivos em jornada única, ampliando a oferta.

Gestão de Riscos

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, em linha com os modelos adotados no mercado nacional e em atendimento à legislação vigente, possui uma Unidade de Gestão de Riscos, atuando de acordo com os regulamentos, normas e políticas internas, tendo como principal objetivo assegurar que os riscos a que está exposta sejam devidamente identificados, analisados, mensurados, tratados e monitorados.

O processo de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de governança corporativa, que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos na identificação e gestão dos riscos. Possui comitês com funções específicas, permitindo que os riscos, tais como subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e mitigados.

Estão inseridos, nesse contexto, categorizar os riscos relevantes para compor o perfil de riscos, monitorar os tipos de riscos assumidos com base nas compensações risco-retorno, para alcançar os objetivos estratégicos e buscar eficiência na gestão de capital, assegurar o acultramento de gestão de riscos, incluindo a difusão das políticas, normas e processos, bem como o monitoramento contínuo da exposição e tolerância aos riscos.

A Bradesco Vida e Previdência observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Controles Internos

A área de Controles Internos tem como principal objetivo apoiar todas as áreas internas, sejam de suporte ao negócio ou operacionais, na construção e manutenção de um ambiente corporativo mais seguro e sustentável em conformidade com as regulamentações, promovendo constantes melhorias no ambiente de controles de forma a oferecer segurança razoável para que os objetivos estratégicos sejam alcançados, assim como no nível de confiança nas demonstrações financeiras apresentadas. Suas atividades estão aderentes às normas locais, seguem as diretrizes da política da Organização Bradesco sobre o tema e cumprem as exigências da seção 404 da Lei americana *Sarbanes-Oxley* e os principais *frameworks* internacionais de controles, tais como o *COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)* e o *COBIT (Control Objectives for Information and Related Technology)*. O Grupo Bradesco Seguros observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente. Os testes de aderência são realizados periodicamente, assegurando a eficiência dos controles e o atendimento às regulamentações e normativos internos do Grupo Bradesco Seguros. Os resultados são reportados à Alta Administração do Grupo Bradesco Seguros, aos Comitês de Auditoria e Gestão de Riscos, Controle Atuarial e Conformidade da Bradseg Participações.

Compliance

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, possui estrutura própria para monitoramento do atendimento tempestivo às demandas dos Órgãos Reguladores que supervisionam suas atividades. Neste sentido, a Área de *Compliance* atua na disseminação dos assuntos e acompanhamento das ações junto às áreas de negócio para assegurar a aderência. A aplicação dos princípios de conduta, estabelecidos pela Organização Bradesco e pelo Grupo Bradesco Seguros nas relações com os clientes, parceiros, fornecedores e demais partes relacionadas, também faz parte da atuação da Área de *Compliance*, através do acompanhamento contínuo e ações periódicas para o acultramento dos públicos envolvidos (interno e externo), contribuindo para uma melhor jornada e experiência com nossos produtos e serviços.

O Grupo Bradesco Seguros possui comitês executivos, possibilitando que as tomadas de decisão ocorram nas instâncias pertinentes, resguardando os padrões de conduta e a responsabilidade corporativa, numa contínua busca de excelência em seus processos e uma prestação de contas transparente e ética às partes interessadas.

A Bradesco Vida e Previdência S.A. contrata e faz a gestão dos serviços de auditoria independentes de forma centralizada pela Organização Bradesco, conforme divulgado nas Demonstrações Contábeis Consolidadas do Banco Bradesco S.A.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro/Financiamento do Terrorismo e a Fraude

O Grupo Bradesco Seguros, do qual a Bradesco Vida e Previdência faz parte, mantém o compromisso contínuo de prevenir e combater a Lavagem de Dinheiro, o Financiamento do Terrorismo e as Fraudes, por meio de processos, sistemas, controles consistentes e equipes qualificadas, atuando no devido monitoramento das operações e relacionamentos, apoiando os esforços governamentais locais e internacionais contra possíveis situações criminosas. Mantém disponíveis canais de denúncia e caixas de e-mails corporativos aos administradores, funcionários, estagiários, aprendizes e ao público externo para receber relatos de indícios de práticas ilícitas ou irregulares, resguardando total sigilo.

Privacidade e Segurança da Informação

Diante da evolução, ampliação e velocidade das soluções digitais, adotamos um arcabouço de normas, processos, procedimentos e controles, com o objetivo de conduzir o adequado gerenciamento e diligência à privacidade, segurança da informação e cibernética, sempre direcionados pelos requerimentos da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e definições emanadas pelos Órgãos Reguladores sobre Segurança da Informação e Cibernética.

Sendo assim, a Bradesco Vida e Previdência aprimora continuamente sua governança com a adoção de medidas (preventivas e/ou tempestivas), mantendo o foco no compromisso organizacional com a disponibilidade, integridade, segurança, confidencialidade e privacidade dos clientes, funcionários, colaboradores e dos ativos de informação, sempre apoiadas nos direcionamentos do Encarregado de Proteção de Dados ou Data Protection Officer (DPO), durante todo o ciclo de tratamento de dados, concentrando esforços na conformidade aos dispositivos legais aplicáveis para melhoria da qualidade, transparência, proteção aos dados, capacitações obrigatórias e ações de conscientização e acultramento. Para tanto, aplicamos as boas práticas de segurança para proteção, identificação, detecção, respostas a ameaças e recuperação de cenários de negócio, bem como a revisão de normas internas, processos, documentos firmados com terceiros e sistemas de informação e controles e o atendimento às solicitações de titulares de dados pessoais, dentre outras atribuições.

Premiações

No exercício de 2023, a Bradesco Vida e Previdência recebeu reconhecimentos do mercado à sua atuação. Dentre os prêmios conquistados, destacam-se:

- Prêmio Segurador Brasil;
- Prêmio O Melhor de São Paulo; e
- Prêmio Seg News.

Agradecimentos

Pelos êxitos obtidos, agradecemos a preferência e a confiança dos nossos segurados e corretores, o apoio recebido dos Órgãos Reguladores e o trabalho dedicado dos nossos funcionários e Parceiros de Negócios.

Barueri, 27 de fevereiro de 2024.

Conselho de Administração e Diretoria

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	2023	2022
ATIVO			
CIRCULANTE		279.121.581	242.459.896
Disponível		462.023	481.324
Caixa e bancos		462.023	481.324
Aplicações	4	277.758.783	241.097.002
Créditos das operações com seguros e resseguros		196.649	247.720
Prêmios a receber	6	189.071	232.201
Operações com seguradoras		2.133	4.570
Operações com resseguradoras	7	5.445	10.949
Outros créditos operacionais		286.119	236.405
Ativos de resseguro e retrocessão	7	34.534	30.497
Títulos e créditos a receber		226.947	338.939
Títulos e créditos a receber		164.379	295.609
Créditos tributários e previdenciários	9.a	61.773	42.779
Outros créditos		795	551
Despesas antecipadas		1.746	755
Custo de aquisição diferidos		154.780	27.254
Seguros	15.c	154.780	27.254
ATIVO NÃO CIRCULANTE		57.859.572	59.991.822
Realizável a longo prazo		57.560.801	59.755.629
Aplicações	4	55.726.607	57.353.086
Ativos de resseguro e retrocessão	7	7.817	7.281
Títulos e créditos a receber		1.776.836	2.383.759
Títulos e créditos a receber		269.980	60.910
Créditos tributários e previdenciários	9.a	1.093.229	1.934.560
Depósitos judiciais e fiscais	16.b	401.269	385.196
Outros créditos operacionais		12.358	3.093
Outros valores e bens	8	7.201	11.503
Custo de aquisição diferidos		42.340	-
Seguros	15.c	42.340	-
Investimentos		2.333	2.553
Outros investimentos		2.333	2.553
Imobilizado		3.936	5.154
Bens móveis		2.168	2.501
Outras imobilizações		1.768	2.653
Intangível		292.502	228.486
Outros intangíveis	10	292.502	228.486
Total do ativo		336.981.153	302.451.718
PASSIVO			
CIRCULANTE			
Contas a pagar			
Obrigações a pagar	11	924.346	2.077.143
Impostos e encargos sociais a recolher	12	188.256	233.090
Encargos trabalhistas		10.158	7.034
Impostos e contribuições	13	37.312	201.679
Outras contas a pagar		1.108	2.276
Débitos de operações com seguros e resseguros		118.665	130.602
Prêmios a restituir		13.091	16.902
Operações com seguradoras		17.418	22.594
Operações com resseguradoras	7.c	23.188	15.436
Corretores de seguros e resseguros		63.633	61.966
Outros débitos operacionais		1.335	13.704
Débitos de operações com previdência complementar		3.798	4.225
Contribuições a restituir		3.798	4.225
Provisões técnicas - Seguros	14	121.648	77.508
Danos	15.a	8.775.258	8.274.961
Pessoas		1.368	2.014
Vida individual		3.099.061	3.049.015
Vida com cobertura por sobrevivência		5.526.075	5.118.952
Provisões técnicas - Previdência complementar	15.a	3.350.093	3.289.407
Planos não bloqueados		2.897.217	2.863.189
PGBL/PRGP		452.876	426.218
Outros débitos		5.601	5.886
Débitos diversos	16.c	5.601	4.833
Instrumentos financeiros derivativos	4	-	1.053
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		315.719.173	281.918.939
Provisões técnicas - Seguros	15.a	246.301.600	213.115.687
Pessoas		4.072.193	4.462.676
Vida individual		12.748.066	11.388.550
Vida com cobertura por sobrevivência		229.481.341	197.264.461
Provisões técnicas - Previdência complementar	15.a	69.070.779	68.376.181
Planos não bloqueados		23.594.030	27.316.881
PGBL/PRGP		45.476.749	41.059.300
Outros débitos		346.794	427.071
Provisões judiciais	16.a	344.129	419.228
Débitos diversos	16.c	2.665	7.843
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	17	7.725.737	6.228.968
Capital social		3.800.310	3.000.310
Aumento de capital (em aprovação)		-	350.000
Reservas de lucros		4.661.678	4.159.780
Ajustes de avaliação patrimonial		(736.251)	(1.281.122)
Total do passivo e patrimônio líquido		336.981.153	302.451.718

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)			
	Nota	2023	2022
Prêmios emitidos		10.093.115	10.822.153
Contribuições para cobertura de riscos		595.278	680.388
Variações das provisões técnicas de prêmios		(3.876.090)	(5.174.207)
Prêmios ganhos	22.a	6.812.303	6.328.334
Sinistros ocorridos	22.b	(2.527.045)	(2.365.405)
Custos de aquisição	22.c	(758.672)	(901.389)
Outras receitas e despesas operacionais	22.d	(47.364)	(18.522)
Resultado com operações de resseguro	22.e	(13.106)	8.363
Receita com resseguro		19.775	31.547
Despesa com resseguro		(32.908)	(23.284)
Outros resultados com Resseguro		27	100
Receitas de contribuições e prêmios de VGBL		4.617	4.935
Rendas de contribuições e prêmios	22.f	38.604.873	33.546.168
Constituição da provisão de benefícios a conceder		(38.600.256)	(33.541.233)
Rendas com taxas de gestão e outras taxas	22.g	1.464.976	1.701.005
Variação de outras provisões técnicas		468.711	(10.424)
Custos de aquisição	22.c	(32.806)	(17.343)
Outras receitas e despesas operacionais	22.h	1.288.844	(424.618)
Despesas administrativas	22.i	(1.099.632)	(864.244)
Despesas com tributos	22.j	(356.822)	(325.342)
Resultado financeiro	22.k	3.203.987	1.944.718
Resultado operacional		8.407.991	5.060.068
Ganhos ou perdas com ativos não correntes		1.633	1.245
Resultado antes dos impostos e participações		8.409.624	5.061.313
Imposto de renda	22.l	(1.922.526)	(1.143.044)
Contribuição social	22.l	(1.189.719)	(715.714)
Participações sobre o resultado		(15.260)	(11.829)
Lucro líquido do exercício		5.282.119	3.190.726
Quantidade de ações		204.563	204.563
Lucro líquido por ação - R\$		25.821.48	15.597.77

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS ABRANGENTES - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Lucro líquido do exercício	5.282.119	3.190.726	
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	902.663	(826.978)	
Diferimento do Ajuste a valor justo de ativos financeiros reclassificados para categoria de mantidos até o vencimento	5.455	(787.314)	
Efeito dos impostos	(363.247)	645.717	
Total do resultado abrangente do exercício	5.826.990	2.222.151	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 (Em milhares de reais)			
	2023	2022	
Resultado antes dos impostos e participações	8.409.624	5.061.313	
Ajustes para:			
- Depreciações e amortizações	66.990	44.965	
- Constituição/(reversão) ao valor recuperável dos ativos	(1.147.797)	645.132	
- Impairment de Imobilizado	-	76	
- Despesas antecipadas	(991)	200	
- Variação das provisões técnicas	6.109.686	7.407.117	
- Ativos de resseguros provisões técnicas	(



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Ajustes com títulos e valores mobiliários	Lucros Acumulados	Total
		Redução/aumento de capital (em aprovação)	Reserva Legal			
Saldos em 1º de janeiro de 2022	3.000.310	-	526.534	1.238.819	(312.547)	4.453.116
Aumento de capital em aprovação conforme AGE 20.12.2022	-	350.000	-	-	-	350.000
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(968.575)	-	(968.575)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	3.190.726	3.190.726
Dividendo pago conforme ata de reunião de diretoria de 06.12.2022 (R\$ 1.342,49 por ação)	-	-	-	-	(200.000)	(200.000)
Dividendos antecipados conforme ata de reunião de diretoria de 15.12.2022 (R\$ 1.806,85 por ação)	-	-	-	-	(350.000)	(350.000)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 1.187,36 por ação)	-	-	-	-	(230.000)	(230.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	143.528	2.250.899	(2.394.427)	-
Dividendos propostos (R\$ 79,68 por ação)	-	-	-	-	(16.299)	(16.299)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	3.000.310	350.000	670.062	3.489.718	(1.281.122)	6.228.968
Aumento de capital em aprovação conforme AGO/E 30.03.2023	-	450.000	(450.000)	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.441 de 22.05.2023	350.000	(350.000)	-	-	-	-
Portaria SUSEP nº 1.447 de 24.05.2023	450.000	(450.000)	-	-	-	-
Ajustes com títulos e valores mobiliários	-	-	-	544.871	-	544.871
Provisão de dividendos com reserva	-	-	-	-	(370.000)	(370.000)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	5.282.119	5.282.119
Dividendos antecipados (R\$ 17.404,03 por ação)	-	-	-	-	(3.560.221)	(3.560.221)
Juros sobre o Capital Próprio (R\$ 1.955,39 por ação)	-	-	-	-	(400.000)	(400.000)
Proposta para distribuição do lucro líquido	-	-	264.106	1.057.792	(1.321.898)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	3.800.310	484.168	4.177.510	(736.251)	-	7.725.737

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional
A Companhia é integrante do Grupo Bradesco Seguros, sociedade anônima de capital fechado, sediada em Barueri, autorizada pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP a operar em todas as modalidades de seguros de pessoas e previdência em todo o território nacional. O endereço registrado da sede da Companhia é Avenida Alphaville, 779 - Empresarial 18 do Forte - Barueri - São Paulo.
O controlador direto da Companhia é a Bradesco Seguros S.A., e o controlador em última instância é o Banco Bradesco S.A. A Companhia, por intermédio de filiais, atua nos segmentos de seguro de vida e previdência complementar aberta.
As operações são conduzidas no contexto do conjunto das empresas integrantes do Grupo Bradesco Seguros, atuando de forma integrada no mercado, e os custos das estruturas operacional e administrativa comuns são absorvidos seguindo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídos, em conjunto ou individualmente.
Essas demonstrações contábeis foram aprovadas pela Administração e pelo Conselho de Administração da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 27 de fevereiro de 2024.

2. Resumo das principais políticas contábeis
As políticas contábeis descritas abaixo foram aplicadas em todos os períodos apresentados nas demonstrações contábeis.

a. Base de preparação
Em consonância à Circular SUSEP nº 648/21 e alterações subsequentes, as demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP.
A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem o conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações contábeis foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

b. Base para avaliação, apresentação e moeda funcional
As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais e foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.
A moeda funcional da Companhia é o Real.

c. Uso de estimativas e julgamentos
A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As notas explicativas: 2e - Classificação dos contratos de seguro; 4 - Aplicações; 15 - Provisões técnicas e custo de aquisição diferidos e 16a - Provisões judiciais incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

d. Segregação entre circulante e não circulante
A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e no passivo circulante e não circulante a cada data de elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de classificar adequadamente os ativos e passivos de acordo com a expectativa de realização, mantendo no não circulante os montantes cuja expectativa de realização ultrapasse o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Os títulos e valores mobiliários a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento (conforme nota explicativa 4b).
Ativos e/ou passivos de imposto de renda e contribuição social diferidos são classificados no Ativo ou Passivo Não Circulante, e os sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como Circulante, exceto os depósitos judiciais e passivos contingentes que possuem características de longo prazo em virtude da dependência de trâmites judiciais. Os passivos de provisões técnicas acompanham suas características contratuais segmentados conforme fluxos futuros projetados.

e. Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos como contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao segurado na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa. Os contratos de resseguro também são tratados sob a ótica de contratos de seguros por transferirem risco de seguro significativo.

f. Aplicações e instrumentos financeiros
A Companhia efetua a avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive derivativos, em consonância aos Pronunciamentos Técnicos CPC's 38, 39, 40(R1) e 46, cujos critérios de reconhecimento, mensuração, apresentação e evidência estão descritos a seguir:

i. Disponível (Caixa e equivalentes de caixa)
São representados por depósitos bancários sem vencimento, e são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, assim como são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

ii. Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

iii. Ativos financeiros mantidos até o vencimento
Caso a Administração tenha intenção e a capacidade de manter títulos até o vencimento, tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos classificados nesta categoria são registrados pelo custo amortizado deduzidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais impactam o resultado do período.

iv. Ativos financeiros disponíveis para venda
Compreende os ativos financeiros que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Os investimentos em títulos patrimoniais são classificados como ativos financeiros disponíveis para venda. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas no patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado no patrimônio líquido é transferido para o resultado.

v. Determinação do valor justo
A determinação do valor justo das aplicações financeiras da Companhia é efetuada da seguinte forma:
Quotas em fundos de investimentos
O valor das aplicações em fundos de investimentos foi obtido a partir dos valores das quotas divulgadas pelas instituições financeiras administradoras desses fundos.
Títulos Públicos
Os títulos públicos tiveram seus valores justos obtidos a partir das tabelas de taxas médias do mercado secundário divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).
Ações e Fundos Imobiliários
Os títulos de renda variável e os fundos de investimentos imobiliários tiveram seus valores de mercado obtidos a partir da última cotação publicada pela Brasil Bolsa e Balcão (B3). Para os ativos não negociados em bolsa, os valores justos são determinados usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativas da Administração.
Títulos privados - Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras
A metodologia de marcação a mercado para Certificados de Depósitos Bancários e Letras Financeiras leva em consideração dois fatores: a) A taxa de juros livre de risco, que expressa a projeção do DI ou SELIC; e b) O spread de crédito do emissor. A taxa de juros utilizada tem como fonte primária a curva dos contatos futuros de DI divulgados pela Brasil Bolsa Balcão (B3). O spread de crédito é obtido por meio de metodologia específica descrita no manual interno de marcação a mercado, que considera os seguintes aspectos: i) classificação dos emissores em grupos, de acordo com a definição atribuída pelo Departamento de Crédito do Bradesco; ii) distribuição em classes de emissores, através da classificação realizada pela média das taxas de emissão de cada emissor; iii) utilização da última cotação, negociada em até 15 dias úteis da data de negociação/marcação a mercado e iv) cálculo do spread por meio das taxas de emissão ponderadas por classe e pelo volume negociado.
Debêntures
São atualizadas pelas informações divulgadas nos boletins publicados pela ANBIMA. Para as debêntures que não são informadas pela ANBIMA é utilizado o fluxo de caixa descontado. As taxas de desconto/indexadores utilizados são informações/projeções divulgadas por boletins ou publicações especializadas (ANBIMA/CETIP).

vi. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos financeiros
Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo financeiro. A evidência objetiva de que os ativos financeiros (incluindo títulos patrimoniais) perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.
As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.
Perdas de valor (redução ao valor recuperável) nos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecida no resultado. Todavia, qualquer recuperação subsequente no valor justo de um ativo financeiro disponível para venda para o qual tenha sido registrada perda do valor recuperável, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas no resultado para instrumentos patrimoniais classificados como ativos financeiros disponíveis para venda não são revertidas.

vii. Instrumentos financeiros derivativos
A Companhia mantém operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos destinados exclusivamente à proteção de riscos associados com a variação de taxas de juros e de indexadores (índices de preços) dos investimentos. As operações com derivativos são registradas e negociadas na Brasil Bolsa Balcão (B3).
Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e os custos de transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as respectivas variações são registradas no resultado do período e os classificados na categoria ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado.
Para valorização dos instrumentos financeiros derivativos, cotações de preço de mercado são usadas para determinar o valor justo destes instrumentos. O valor justo dos contratos de futuros é determinado com base em cotações de preços de mercado para derivativos negociados em bolsa ou utilizando técnicas de modelagem de fluxo de caixa descontado que usam curvas de rendimento, refletindo os fatores de risco adequados. As informações para construir as curvas de rendimento são obtidas principalmente na Brasil Bolsa Balcão (B3) e no mercado secundário doméstico. Estas curvas de rendimento são utilizadas para determinar o valor justo de taxa de juros.

viii. Recebíveis
Os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. Os recebíveis da Companhia compreendem os valores registrados nas rubricas "Crédito das operações com seguros e resseguros", "Títulos e créditos a receber", "Outros créditos a receber" e "Outros créditos operacionais" que são contabilizados pelo custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

g. Redução ao valor recuperável (impairment) de recebíveis
A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo que consiste em observar um prêmio com atraso superior a dezesseis dias, em um determinado mês, e seu comportamento após seis meses onde seapura o percentual médio de perda efetiva sobre os valores a receber que permaneceram este período de tempo em atraso. Para as operações a recuperar com resseguradores, a redução ao valor recuperável é reconhecida através de estudo que avalia o comportamento das recuperações identificando a quantidade de meses que o sinistro esteve pendente e posteriormente recebido, o resultado do estudo implica no reconhecimento de impairment quando o período de inadimplência superar 240 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos.
No caso das recuperações de cosseguro, a substituição de redução ao valor recuperável se dará para todos os créditos vencidos com data superior a 60 dias.
Para bens, títulos e outros valores a receber é reconhecida a perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo.

h. Outros valores e bens
Ativos de direito de uso
Para as operações de arrendamento mercantil a Companhia avalia a existência de contratos que transferem ao cliente o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Sendo assim, a Companhia como arrendatária em contratos de imóveis possui o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso destes ativos, e o direito de direcionar o uso deles.
No início de um arrendamento é reconhecido um passivo de arrendamento e um ativo de direito de uso. As despesas com juros sobre o passivo de arrendamento e as despesas de depreciação do ativo de direito de uso são reconhecidas separadamente. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo e subsequentemente deduzido da depreciação acumulada e de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O direito de uso também será corrigido em caso de renemuração do passivo de arrendamento. A depreciação é calculada de maneira linear pelo prazo dos arrendamentos. A taxa incremental aplicada pela Companhia leva em consideração a taxa de captação livre de risco ajustada pelo spread de crédito.
i. Imobilizado
O ativo imobilizado de uso próprio compreende equipamentos, móveis, máquinas e utensílios.
O imobilizado de uso é reconhecido ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada e perdas de redução de valor recuperável acumuladas, quando aplicável.
Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado e são reconhecidos líquidos dos custos de transação no resultado do período. Gastos subsequentes são capitalizados somente quando geram benefícios econômicos futuros associados e possam ser avaliados com confiabilidade.
Gastos de reparo ou manutenção são reconhecidos no resultado do período à medida que são incorridos. Gastos com reformas e melhorias que prolongam a vida útil dos bens são incorporados ao custo do ativo imobilizado.
A depreciação do ativo imobilizado é reconhecida no resultado pelo método linear de acordo com as seguintes taxas anuais para os períodos correntes e comparativos: 10% para móveis, utensílios, máquinas e equipamento; 20% para equipamentos de informática e benfeitorias em imóveis de terceiros.
j. Intangível
Softwares adquiridos são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e eventuais perdas acumuladas por impairment. A taxa de amortização é de 20% ao ano.
Despesas de desenvolvimento interno de software são reconhecidas como ativo quando é possível demonstrar sua intenção e capacidade de concluir o desenvolvimento, mensurando seu custo e a utilização dos softwares, de modo que gere benefícios econômicos futuros. Os custos capitalizados de softwares desenvolvidos internamente incluem todos os custos diretamente atribuíveis ao desenvolvimento, deduzido da amortização acumulada gerada durante a vida útil e são testados por impairment, caso haja indicativo de perda.
Despesas subsequentes com softwares são capitalizadas somente quando aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico a que se referem. Todas as demais despesas são contabilizadas como despesas à medida que são incorridas.
k. Ativos de resseguros
A cessão de resseguros é efetuada no curso normal das atividades da Companhia com o propósito de limitar sua perda potencial, por meio da diversificação de riscos. Os passivos relacionados às operações de resseguros são apresentados brutos de suas respectivas recuperações, as quais encontram-se registradas no ativo, uma vez que a existência do contrato não exime as obrigações da Companhia para com os segurados.
Conforme determinado pelo Órgão Regulador, as empresas de resseguro sediadas no exterior devem possuir rating mínimo, de acordo com agência classificadora de risco, para operar no país, sendo as demais operações efetuadas com resseguradores locais. Desta forma, a Administração entende que os riscos de impairment desses ativos são reduzidos. No caso de serem identificados indícios de que os valores a recuperar não serão realizados pelos montantes registrados, estes ativos são ajustados ao seu valor recuperável.
l. Custos de aquisição diferidos
É composto substancialmente por montantes referentes a comissões e agenciamentos e angariações relativos à comercialização de apólices de seguros, sendo a apropriação ao resultado das despesas com comissão realizadas pelo período de vigência das respectivas apólices/faturas, ou com base em estudo, que em 2023 gerou prazo de vinte e dois meses, e as despesas com agenciamentos do ramo vida são apropriados no resultado pelo período de doze meses.
m. Redução ao valor recuperável (impairment) de ativos não financeiros
Os valores dos ativos não financeiros da Companhia, são revisados no mínimo anualmente para determinar se há alguma indicação de perda, que pode ser reconhecida no resultado do período se o valor contábil de um ativo exceder seu valor.
n. Provisões técnicas
i. Seguros de pessoas, exceto seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos de cessão de cosseguros, porém contemplando as operações de transferência em resseguro, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é calculada pela diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
A provisão para sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 10 semestres, para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência. É realizado um estudo de cauda residual para projeção dos sinistros avisados após 10 semestres da data de ocorrência.
A provisão de sinistros a liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (improvement), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela SUSEP. Improvement é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021.
A provisão de excedente técnico (PET) corresponde à diferença entre o valor esperado e o valor observado de eventos ocorridos no período, para os seguros de pessoas com cláusula de participação em excedente técnico.
A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros, pagamentos de resgates e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de reparação simples e reparação de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer.
ii. Previdência complementar aberta e seguros de vida com cobertura de sobrevivência (VGBL)
A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia, com base nos prêmios líquidos, e é constituída pela parcela correspondente aos períodos de riscos não decorridos dos contratos de seguros. A parcela desta provisão correspondente a estimativa para os riscos vigentes mas não emitidos é constituída na PPNG-RVNE.
A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBAC) é constituída para participantes cujos benefícios ainda não se iniciaram. Nos planos de previdência, com característica de benefício definido, a provisão representa a diferença entre o valor atual dos benefícios futuros e o valor atual das contribuições futuras, correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de planos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio. A provisão é calculada segundo metodologia e premissas estabelecidas em notas técnicas atuariais.
As provisões matemáticas de benefícios a conceder (PMBAC) vinculadas a seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de previdência da modalidade "gerador de benefícios livres" (VGBL e PGBL), além dos planos de contribuição definida, representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento e outros encargos contratuais, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento em quotas de fundos de investimento especialmente constituídos (FIEs).
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) abrange os valores relativos aos resgates a regularizar, às devoluções de prêmios e às portabilidades solicitadas e ainda não transferidas para a entidade receptora.
A provisão matemática de benefícios concedidos (PMBC), calculada utilizando a base técnica do plano, refere-se aos participantes que se encontram em gozo de benefícios e corresponde ao valor atual das obrigações futuras referentes aos pagamentos de benefícios continuados.
A provisão complementar de cobertura (PCC) refere-se ao valor necessário para complementar as provisões técnicas, apurado no teste de adequação de passivos (TAP). O TAP é elaborado semestralmente utilizando métodos estatísticos e atuariais com base em premissas realistas como a tábua biométrica BR-EMS para ambos os sexos, ajustadas por critérios de desenvolvimento de longevidade compatível com as últimas versões divulgadas (improvement), sinistralidade, despesas administrativas e operacionais, taxas de persistência, e estruturas a termo da taxa de juros (ETTJ) livre de risco elaboradas pela SUSEP. Improvement é uma técnica que atualiza a tábua biométrica automaticamente, considerando o aumento esperado da sobrevida futura. O resultado do teste de adequação deve ser compensado pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificados na categoria "mantidos até o vencimento", tal como requerido pela Circular SUSEP 648/2021.
A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura dos valores esperados relativos a sinistros, pagamentos de resgates e benefícios ocorridos, para os produtos estruturados nos regimes financeiros de reparação simples e reparação de capitais de cobertura. Para os planos estruturados no regime financeiro de capitalização, a provisão é constituída para a cobertura dos valores esperados das despesas relacionadas aos sinistros ocorridos e a ocorrer. As projeções são realizadas através do teste de adequação do passivo (TAP).
A provisão de excedente financeiro (PEF) corresponde ao resultado financeiro excedente à rentabilidade mínima garantida, repassado aos contratos com cláusula de participação de excedente financeiro.
A provisão de eventos ocorridos e não avisados (IBNR) é calculada com base em triângulos de run-off semestrais, que consideram o desenvolvimento histórico dos sinistros pagos e pendentes nos últimos 16 semestres para estabelecer uma projeção futura por período de ocorrência.
A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) considera os valores esperados a liquidar de todos os avisos de sinistros recebidos até a data do balanço. A provisão abrange os sinistros administrativos e judiciais corrigidos monetariamente e com juros no caso de sinistros judiciais.
Os encargos financeiros creditados às provisões técnicas, bem como a constituição e/ou reversão da provisão de excedente financeiro, são classificados como despesas financeiras e estão apresentados no grupo "Resultado financeiro".

continua





iii. Tábuas, taxas e carregamento dos principais produtos comercializados:

Table with columns: Produto, Tábua, Taxa de juros, Taxa de carregamento

iv. Teste de adequação de passivo (TAP)

A Companhia elaborou o teste de adequação de passivos para todos os contratos que atendem à definição de um contrato de seguro segundo o CPC 11 e que estão vigentes na data de execução do teste.

O teste considerou a projeção dos sinistros e benefícios ocorridos e a ocorrer, as despesas administrativas, as despesas alocaíveis relacionadas aos sinistros, opções intrínsecas e excedentes financeiros e outras receitas e despesas diretamente relacionadas aos contratos de seguros.

Para o cálculo do valor presente dos fluxos projetados a Companhia utilizou estruturas a termo da taxa de juros livre de risco (ETTJ), elaboradas pela SUSEP.

A sinistralidade média projetada foi de 41,33% (40,99% em dezembro de 2022) para os ramos Pessoas Individual e Coletivo, obtida a partir de análise baseada em triângulos de desenvolvimento de sinistros da Companhia gerados com informações a partir de dezembro de 2023.

O resultado do teste de adequação de passivos (TAP), realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2023, apresentou uma insuficiência que, em atendimento à Circular SUSEP 648/2021, foi integralmente compensada pela parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em garantia das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento".

v. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais - Fiscais e previdenciárias

i. Ativos contingentes

São reconhecidos contabilmente, quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro exigível.

ii. Passivos contingentes

São constituídos levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento dos Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

iii. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

Decorrem de processos judiciais relacionados a obrigações, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, a Companhia leva em consideração a opinião de assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável para que assim seus montantes sejam reconhecidos nas demonstrações contábeis.

p. Benefícios a empregados

i. Obrigações de curto prazo

As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

ii. Obrigações por aposentadorias

A Companhia é patrocinadora de um plano de previdência complementar para seus funcionários e administradores, na modalidade contribuição definida, que permite acumular recursos financeiros ao longo da carreira profissional do participante mediante contribuições pagas por ele mesmo e pela empresa patrocinadora.

O Plano de Previdência Complementar conta com contribuições dos funcionários e administradores da Companhia equivalentes a, no mínimo, 4% do salário e, pela empresa, 5% do salário, acrescidas do percentual destinado a coberturas dos benefícios de risco (morte e invalidez). As obrigações atuariais do plano de contribuição definida estão integralmente cobertas pelo patrimônio do FIE correspondente.

iii. Outras obrigações pós-emprego

Há custeio do plano de saúde para ex-funcionários e seus dependentes legais por um período de 30, 60 ou 90 dias da data de desligamento a depender do tempo de empresa.

iv. Outros benefícios de curto prazo

Outros benefícios de curto prazo, tais como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, são oferecidos aos funcionários e administradores e reconhecidos no resultado à medida que são incorridos.

q. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda é calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10% sobre a parcela do lucro tributável excedente a R\$ 240 para o período. A contribuição social sobre o lucro líquido foi calculada considerando a alíquota de 15%. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a imposto de renda e contribuição social lançado pela mesma autoridade tributária sobre a entidade sujeita à tributação. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

r. Resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

Os prêmios de seguros, cosseguro aceito e as comissões, deduzidos dos prêmios cedidos em cosseguros e as comissões correspondentes, são registrados quando da emissão das respectivas apólices/certificados/endorsos e faturas de seguro, ou pelo início da vigência do risco para casos em que o risco tem início antes da emissão, e apropriados, em bases lineares, no decorrer do prazo de vigência das apólices, por meio de constituição e reversão da provisão de prêmios não ganhos e dos correspondentes custos de aquisição diferidos.

As receitas de prêmios e as correspondentes despesas de comercialização, relativas aos riscos vigentes ainda sem emissão das respectivas apólices, são reconhecidas ao resultado no início da cobertura do risco, em bases estimadas.

Os custos de aquisição relativos à comissão de seguros são diferidos e apropriados ao resultado proporcionalmente ao reconhecimento do prêmio ganho ou pelo prazo de 22 meses.

O agenciamento das operações de seguros é diferido e apropriado ao resultado, de forma linear, pelo prazo 12 meses.

As operações de cosseguros aceitos e de retrocessões são contabilizadas com base nas informações recebidas das congêneres e do IRB - Brasil Resseguros S.A.

As operações de resseguro são registradas quando da emissão da apólice e suas baixas, com base em prestações de contas que estão sujeitas a análise pelos resseguradores. O diferimento dos prêmios de resseguros cedidos é realizado de forma consistente com o respectivo prêmio de seguro relacionado e/ou contrato de resseguro.

As contribuições de planos previdenciários e os prêmios de seguros de vida com cobertura de sobrevivência são reconhecidos no resultado quando do seu efetivo recebimento.

As rendas com taxa de gestão são apropriadas ao resultado pelo regime de competência segundo taxas estabelecidas contratualmente. A participação mínima dos funcionários no resultado é apurada com base na convenção coletiva firmada com o sindicato da categoria. Complementos adicionais à participação mínima são reconhecidos de acordo com metas estipuladas pela Administração.

Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre os ativos dos fundos investidos (incluindo ativos financeiros disponíveis para venda), receitas de dividendos, ganhos na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, rendimentos auferidos na apuração do valor de custo dos títulos mantidos até o vencimento e reclassificações de ganhos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem perdas em alienação de ativos disponíveis para venda, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável (impairment) reconhecidas nos ativos financeiros (exceto recebíveis).

s. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Novas normas, ou alterações de normas e interpretações que são aplicáveis ao mercado de Seguros mas não efetivas, pois não entraram em vigor, ou não foram referendadas pela SUSEP, são como segue:

Circular SUSEP nº 678

A Circular SUSEP nº 678 de 10 de outubro de 2022 altera a Circular SUSEP nº 648, de 12 de novembro de 2021, e revoga dispositivo da Circular SUSEP nº 439, de 27 de junho de 2012.

- Aprovação do CPC 48 – Instrumentos Financeiros, que segundo a avaliação da Administração resultará em reclassificações de instrumentos financeiros da categoria Custo Amortizado para Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes; e Fim da compensação da mais valia das aplicações financeiras classificadas na modalidade mantidos até o vencimento com o impacto da provisão técnica resultado do teste de adequação do passivo (TAP).

A Administração avaliou o impacto que a aplicação inicial da nova norma terá, e, estima-se que seja uma redução em cerca de 7% em relação ao patrimônio líquido a partir de 1º de janeiro de 2024.

Emenda Constitucional 132 de 20 de dezembro de 2023

Em 20 de dezembro de 2023 foi promulgada a Emenda Constitucional 132 que estabelece as bases para a Reforma Tributária. O principal efeito da aprovação é a unificação, a partir de 2033, de cinco tributos – ICMS, ISS, IPI, PIS e Cofins – em uma cobrança única, que será dividida entre os níveis federal (CBS: Contribuição sobre Bens e Serviços) e estadual/municipal (IBS: Imposto sobre Bens e Serviços). O texto aprovado necessita de regulamentação que se dará através da emissão de Leis Complementares que serão avaliadas pela Administração quando divulgadas pela Receita Federal do Brasil.

CPC 50 – Contratos de Seguros (IFRS17)

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da companhia.

O CPC 50 entra em vigor para exercícios anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2023.

O normativo CPC 50, será aplicável quando referendado pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluirá sua avaliação até a data de entrada em vigor.

3. Gerenciamento de riscos

a. Introdução

A Companhia está exposta aos riscos de subscrição, crédito, liquidez, mercado e operacional, inerentes às suas operações e que podem afetar, em diferentes proporções, seus objetivos estratégicos e financeiros.

A finalidade desta nota explicativa é apresentar informações sobre estas exposições, bem como as políticas e os processos adotados pela Companhia, no gerenciamento de cada um dos riscos acima mencionados.

A Companhia observa as definições e requisitos apresentados na Resolução CNSP 416/2021, assegurando a conformidade com a legislação vigente.

Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades da Companhia, tendo por finalidade adicionar valor ao negócio à medida que proporciona suporte às áreas de negócios no planejamento de suas atividades, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros, em benefício dos acionistas e das operações da Companhia.

No sentido amplo, o processo de Governança Corporativa representa o conjunto de práticas que tem por finalidade otimizar o desempenho da Companhia e proteger os acionistas, investidores, clientes, colaboradores, fornecedores, etc., bem como agregar valor e contribuir para sua sustentabilidade, envolvendo, principalmente, aspectos voltados à transparência e prestação de contas. Neste contexto, o processo de gerenciamento de riscos é permanentemente exercido e conta com a participação de todas as camadas contempladas pelo escopo de Governança Corporativa que abrange desde a Alta Administração até as diversas áreas de negócios e produtos.

Esta estrutura encontra-se alinhada com as melhores práticas de mercado, contando com políticas, Comitês com funções específicas e estrutura diretiva, estabelecendo regras e normas, provendo recursos humanos e tecnológicos voltados a estas atividades.

O gerenciamento dos riscos inerentes às operações da Companhia é abordado de modo integrado e apoiado em uma estrutura sólida e independente (no que tange a regulamentos, normas e políticas internas). Esta abordagem proporciona o aperfeiçoamento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que possam comprometer sua correta identificação e mensuração.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades.

b. Risco de subscrição

O risco de subscrição é o risco transferido por qualquer contrato de seguro onde haja a possibilidade futura de que o evento de sinistro ocorra e onde haja incerteza sobre o valor de indenização resultante do evento de sinistro. O risco advém de uma situação econômica que contraria as expectativas da Companhia no momento da elaboração de sua política de subscrição no que se refere às incertezas existentes, tanto na definição das premissas atuariais quanto na constituição das provisões técnicas, bem como para fins de precificação e cálculos de prêmios e contribuições.

Refletindo o compromisso com o gerenciamento de riscos, um fórum de alto nível denominado Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros estuda tais riscos, propõe limites de tolerância e elabora planos de mitigação, entre outras atribuições, com o intuito de se obter sinergia entre estas atividades.

Incertezas na estimativa de pagamentos futuros de sinistros

Os sinistros são devidos à medida que ocorridos, e a Companhia deve efetuar a indenização de todos os sinistros cobertos, ocorridos durante a vigência do contrato, mesmo que o aviso ocorra após o fim de vigência deste. Todavia, os sinistros são avisados ao longo de um período, e parte significativa destes sinistros está relacionada à Provisão de Sinistros Ocorridos mas Não Avisados (IBNR). O custo estimado de sinistros inclui as despesas diretas a serem incorridas na sua liquidação.

Gerenciamento de ativos e passivos (ALM)

A Companhia realiza periodicamente a análise dos fluxos de ativos e passivos mantidos em carteira, ALM (Asset Liability Management). A metodologia da análise compreende a observação de suficiência ou insuficiência do valor presente do fluxo de ativos em relação ao valor presente do fluxo de passivos, assim como a duração dos ativos em relação à duração dos passivos.

As premissas atuariais utilizadas na geração do fluxo dos passivos estão em linha com as práticas atuariais internacionais e também com as características da carteira de produtos da Companhia.

Gerenciamento de riscos por segmento de negócios

O monitoramento permanente da carteira de contratos de seguros permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas, bem como a avaliação de eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; e; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (de subscrição, emissão e sinistros).

Principais riscos associados aos seguros de vida e previdência

Os seguros de vida e previdência são de natureza de longo prazo, exceto as apólices de vida em grupo sem cobertura por sobrevivência, e, por este motivo, são utilizadas diversas premissas atuariais para gerenciar e estimar os riscos envolvidos, tais como: premissas sobre retornos de investimentos, longevidade, taxas de mortalidade e persistência. As estimativas são baseadas na experiência histórica e nas expectativas atuariais.

Os riscos associados aos seguros de vida e previdência incluem, entre outros:

- Risco biométrico, que inclui experiência de mortalidade, morbidade adversa e invalidez. O risco de mortalidade pode se referir aos segurados que vivam mais tempo do que o previsto (longevidade) ou que morram antes do que o previsto. Isto porque alguns produtos garantem uma indenização se a pessoa morrer, outros produtos garantem o pagamento de quantias regulares enquanto o segurado permanecer vivo;
- Risco de comportamento do segurado, que inclui experiência de persistência. Taxas de persistências baixas para alguns produtos podem fazer com que menos apólices/contratos permaneçam contratados para ajudar a cobrir as despesas fixas e reduzir os fluxos de caixa positivos futuros do negócio suscrito. A persistência baixa pode causar impacto de liquidez quando se trata de produtos que prevejam o benefício de resgate;
- O risco do seguro de vida coletivo resulta da exposição à mortalidade e morbidade e à exposição à experiência operacional pior do que o previsto sobre fatores, tais como, níveis de persistência e despesas de administração; e
- Alguns produtos de vida e previdência possuem garantias de rentabilidades predefinidas que incluem um risco devido a movimentações nos mercados financeiros, retornos de investimentos, e risco de taxa de juros que são gerenciados como parte do risco de mercado.

Gerenciamento dos riscos de seguro de vida e previdência

A Diretoria de Gestão de Riscos monitora e avalia a exposição de risco, sendo responsável pelo desenvolvimento, implementação e revisão das políticas referentes à subscrição. A implementação dessas políticas, o tratamento de sinistros e constituição de provisões técnicas de seguros desses riscos são realizados pela Superintendência Técnica. A Superintendência Técnica desenvolveu mecanismos, tais como, análise de eventuais acúmulos de riscos com base em relatórios mensais, que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas.

O risco de longevidade é monitorado em relação aos mais recentes dados e às tendências do ambiente que a Companhia opera. A Administração monitora a exposição a este risco e as implicações de capital para gerenciar os possíveis impactos, bem como a captação de capital que os negócios poderão exigir. A Administração adota para o cálculo das provisões técnicas, premissas de melhoria contínua na longevidade futura da população, de forma a se antever e assim estar coberta de possíveis impactos gerados pela melhora da expectativa de vida da população segurada/assistida.

Riscos de mortalidade e morbidade são atenuados mediante a cessão de resseguro na modalidade catástrofe.

O risco de persistência é gerenciado por meio do monitoramento frequente da experiência histórica da Companhia. A Administração também estabeleceu diretrizes sobre o gerenciamento da persistência para monitorar e implementar iniciativas específicas para melhorar, quando for o caso, a retenção de apólices que possam prescrever.

O risco de um elevado nível de despesas é monitorado principalmente pela avaliação da rentabilidade das unidades de negócio e o monitoramento frequente dos níveis de despesa.

Concentração de riscos

A Companhia atua em todo território nacional, de modo que as potenciais exposições à concentração de riscos são monitoradas por relatórios gerenciais onde são observados os resultados dos contratos vendidos por região geográfica e segmentos de negócio. Os quadros abaixo mostram a concentração de riscos no âmbito do negócio por região e por segmento, baseada nos valores de prêmios emitidos líquidos de resseguro e contribuições de previdência:

Two tables showing the distribution of the premium issued liquid - 31/12/2023 by region and segment, with columns for Geographical Region, PGBL, Traditional Prevalence, VGBL, and Seguros de Vida.

Teste de sensibilidade

O objetivo do teste de sensibilidade é mensurar o impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia, caso ocorram alterações isoladas, razoavelmente possíveis, em premissas inerentes às suas operações que possam ser afetadas devido ao processo de subscrição dos riscos e que sejam consideradas relevantes na data do balanço.

- Taxa de juros livre de risco – representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo pela Organização. O teste avaliou o impacto de uma redução na curva da taxa de juros livre de risco.
- Conversão em renda – O teste avaliou o impacto de um aumento no índice de conversão em renda para contratos de anuidade.
- Longevidade (Improvement) – representa a expectativa de vida de um indivíduo, com base no ano de seu nascimento, sua idade atual e outros fatores demográficos, incluindo sexo. O teste avaliou o impacto de um aumento na expectativa de melhoria na expectativa de vida para contratos de anuidade.
- Sinistralidade – É o principal indicador dos contratos de seguros e equivale à relação entre as despesas e a receita que a Organização recebeu pelo contrato. O teste avaliou o impacto de um aumento na sinistralidade.

Resultados do teste de sensibilidade

O quadro abaixo apresenta o resultado do impacto para os seguros de vida com cobertura de sobrevivência, previdência e seguro de vida individual, considerando variações nas premissas mencionadas anteriormente:

Table showing the impact on the result and net worth after taxes and contributions, with columns for Impacto no resultado e patrimônio líquido após impostos e contribuições, Taxas de juros, Longevidade, and Conversão em renda.

(*) O impacto considera a compensação da parcela correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos títulos vinculados em cobertura das provisões técnicas classificadas na categoria "mantidos até o vencimento". Para os seguros de pessoas, o quadro abaixo apresenta o resultado caso houvesse aumento na sinistralidade em 1 ponto percentual nos últimos doze meses da data-base do cálculo:

Table showing the impact of a 1 percentage point increase in loss ratio, with columns for Bruto de resseguro and Líquido de resseguro.

Limitações das análises de sensibilidade

As análises de sensibilidade demonstram o efeito de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas. Na realidade, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se, também, observar que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado. À medida que os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial, que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo, que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa que todas as taxas de juros se movimentam de maneira idêntica.

c. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas de valor de ativos financeiros e ativos de resseguro, como consequência do descumprimento, pela contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados com a Companhia, bem como à desvalorização de contratos, decorrente da deterioração na classificação de risco da contraparte.

- Perdas decorrentes de inadimplência, por falta de pagamento do prêmio ou de suas parcelas por parte dos segurados;
- Possibilidade de algum emissor de ativo financeiro não efetuar o pagamento previsto no vencimento ou as amortizações previstas para cada título; e;
- Incapacidade ou inviabilidade de recuperação de comissões pagas aos corretores quando as apólices forem canceladas.

Gerenciamento do risco de crédito

A Companhia efetua diversas análises de sensibilidade e testes de stress como ferramentas de gestão de riscos financeiros. Os resultados dessas análises são utilizados para mitigação de riscos e o entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido da Companhia em condições normais e em condições de stress. Esses testes levam em consideração cenários históricos e cenários de condições de mercado previstas para períodos futuros, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia.



Neste sentido, o gerenciamento do risco de crédito da Companhia é um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico, através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. É um processo realizado de forma corporativa mediante procedimentos internos estruturados, independentes, e embasados em documentação e relatórios próprios, avaliados pelas estruturas de gestão de riscos da Companhia e do Banco Bradesco, e baseado em modelos internos, em fase de implementação gradual, visando à apuração, mensuração e cálculo do capital.

Aplicações financeiras

No que se refere às aplicações financeiras, a Administração avalia o risco de crédito como baixo pelo fato de que a maior parte da carteira está concentrada em títulos de renda fixa públicos e operações compromissadas com lastro em títulos públicos federais, como demonstrado nos quadros abaixo:

Aplicações/Rating	2023							Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating			
Valor justo por meio do resultado	243.750.423	2.216.090	1.158.019	155.655	10.200.612	3.777.293	8.361.242	3.006.878	272.626.212	
Título de renda fixa privado	66.132.840	2.216.090	1.158.019	155.655	10.200.612	3.777.293	8.361.242	-	91.479.292	
Título de renda fixa público	177.611.932	-	-	-	-	-	-	-	177.611.932	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	3.006.878	3.006.878	
Swap	5.651	-	-	-	-	-	-	-	5.651	
Disponíveis para a venda	11.015.987	46.616	110.644	183.369	258.872	22.435	-	2.351.086	13.989.009	
Título de renda fixa privado	139.662	46.616	110.644	183.369	258.872	22.435	-	-	761.598	
Título de renda fixa público	10.876.325	-	-	-	-	-	-	-	10.876.325	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	2.351.086	2.351.086	
Mantidos até o vencimento	46.870.169	-	-	-	-	-	-	-	46.870.169	
Título de renda fixa privado	13.048	-	-	-	-	-	-	-	13.048	
Título de renda fixa público	46.857.121	-	-	-	-	-	-	-	46.857.121	
Total	301.636.579	2.262.706	1.268.663	339.024	10.459.484	3.799.728	8.361.242	5.357.964	333.485.390	

Aplicações/Rating	2022							Exposto exclusivamente a risco de mercado		Total
	AAA (*)	AA	A	BBB	BB	B	Sem rating			
Valor justo por meio do resultado	208.307.192	1.789.536	1.596.141	2.268.384	8.478.514	1.885.360	10.594.543	3.427.182	238.346.852	
Título de renda fixa privado	64.875.499	1.789.536	1.596.141	2.259.699	8.478.514	1.885.360	10.594.543	-	91.479.292	
Título de renda fixa público	143.422.220	-	-	-	-	-	-	-	143.422.220	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	3.427.182	3.427.182	
Swap	9.473	-	-	8.685	-	-	-	-	18.158	
Disponíveis para a venda	10.755.998	107.062	49.630	49.262	244.444	13.361	-	2.295.537	13.515.294	
Título de renda fixa privado	330.494	107.062	49.630	49.262	244.444	13.361	-	-	794.253	
Título de renda fixa público	10.425.504	-	-	-	-	-	-	-	10.425.504	
Título de renda variável	-	-	-	-	-	-	-	2.295.537	2.295.537	
Mantidos até o vencimento	46.586.889	-	-	-	-	-	-	-	46.586.889	
Título de renda fixa privado	29.867	-	-	-	-	-	-	-	29.867	
Título de renda fixa público	46.557.022	-	-	-	-	-	-	-	46.557.022	
Total	265.650.079	1.896.598	1.645.771	2.317.646	8.722.958	1.898.721	10.594.543	5.722.719	298.449.035	

(*) Os títulos públicos classificados nessa coluna referem-se a títulos do tesouro brasileiro (risco soberano).

Trimestralmente são realizadas as reuniões do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros, do Comitê Executivo de Investimentos e, mensalmente, a Reunião Interna de Alocação de Ativos pela Área de Gestão de Investimentos da Bradesco Seguros S.A. para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

d. Risco de liquidez

O risco de liquidez é a possibilidade da inexistência de recursos financeiros suficientes para a Companhia honrar seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações, em outras palavras, está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia de liquidar seus compromissos, como com as dificuldades ocasionadas na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são importantes, sobretudo, para que a Companhia possa liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado, substancialmente, pela reconciliação do fluxo de caixa da Carteira de Títulos e Valores Mobiliários (CTVM) com os passivos atuariais. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de seguro. A qualidade dos investimentos também garante a capacidade de cobrirmos altas exigências de liquidez. O quadro a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta:

	Fluxo de ativos (i)	Fluxo de passivos (ii)
Fluxo de 0 a 3 meses	6.963.890	3.204.812
Fluxo de 4 a 12 meses	5.033.825	5.387.112
Fluxo de 13 a 60 meses	17.922.062	23.022.154
Fluxo acima de 60 meses	80.262.939	47.673.842
Total	110.182.716	79.287.920

(i) Os ativos financeiros foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais. O fluxo de ativos considera o disponível, equivalente de caixa, aplicações, créditos das operações com seguros e resseguros. As aplicações financeiras são substancialmente constituídas de Títulos Públicos Federais que, apesar de terem vencimentos de longo prazo, podem ser convertidos em caixa a qualquer momento, de acordo com o fluxo de caixa da Companhia.

(ii) O fluxo de passivos considera os passivos de contas a pagar, provisões técnicas, débitos das operações com seguros e resseguro, resseguros e previdência complementar. As provisões técnicas foram distribuídas com base na expectativa de fluxo de caixa futuro (diferença de sinistros e prêmios esperados futuros), considerando a experiência de mortalidade e longevidade, o comportamento do segurado, que inclui sua experiência de persistência, o término de vigência dos contratos de seguros vigentes e a melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados.

Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Não estão considerados nos fluxos os planos de previdência PGBL's e VGBL's.

Gerenciamento do risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é exercido de forma corporativa, envolvendo um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados.

A política corporativa de gestão de riscos de mercado e liquidez tem por objetivo assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam a Companhia o estabelecimento de reserva mínima de liquidez (RML), caixa líquido e disponível por empresa em excesso a RML estabelecida, indicador de liquidez de curto prazo (LCP), bem como a existência de uma governança específica para consumo do caixa e níveis do LCP, estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

O monitoramento ocorre diariamente e trimestralmente é realizada a reunião do Comitê Executivo de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros para as tratativas deliberativas, possuindo as atribuições necessárias para o atendimento regulatório/aprimoramento nos processos de gestão.

e. Risco de mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos instrumentos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é identificado, mensurado, mitigado e gerenciado, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado para todas as empresas do Grupo Bradesco Seguros. As atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

Gerenciamento do risco de mercado

O processo, realizado de forma corporativa, é aprovado pelo Conselho de Administração do Conglomerado Bradesco e reavaliado no mínimo anualmente, ou conforme necessidade, pelos comitês específicos, bem como pelo próprio Conselho de Administração.

Definição de limites

As propostas de limites de risco de mercado são validadas em comitês específicos de negócios, bem como pelos Comitês Executivos de Investimentos e de Gestão de Riscos do Grupo Bradesco Seguros. Posteriormente, são submetidas à aprovação do Comitê de Gestão Integrada de Riscos e Alocação de Capital, observando os limites definidos pelo Conselho de Administração, conforme as características das operações.

A carteira de investimentos financeiros da Companhia consiste em operações estruturais provenientes das linhas de negócio. Neste tipo de operação, a intenção não é a negociação no curto prazo, que visa se beneficiar de oscilações de mercado, mas sim a manutenção do investimento pelo período necessário ao seu tipo de negócio e demanda, atendendo suas necessidades específicas.

Os principais riscos monitorados são os riscos de taxa de juros e de carteira de ações.

Modelos de mensuração do risco de mercado

As posições em ações são mensuradas mediante a metodologia de *Stress Testing* considerando perda histórica do Índice Ibovespa acumulada em janelas móveis de 21 d.u., com foco em perdas extremas diante de cenários de crise (condições de imprevisibilidade e alto impacto).

A mensuração e o controle do risco de taxa de juros são feitos a partir da metodologia EVE (*Economic Value Equity*), que mede o impacto econômico sobre as posições, de acordo com os cenários elaborados pela área econômica do Banco Bradesco. Nesses cenários são determinados movimentos positivos e negativos que podem ocorrer nas curvas de taxas de juros, com impactos sobre os ativos e passivos ao longo da vida das operações, não representando necessariamente ajuste contábil.

b. Composição das aplicações por prazo e por título

Apresentamos a seguir a composição das aplicações financeiras por prazo e por título, incluindo os títulos que compõem as carteiras dos fundos de investimentos. Os títulos a "valor justo por meio do resultado" estão apresentados no ativo circulante, independentemente dos prazos de vencimento. Os valores dos títulos que compõem os investimentos, relativos a fundos de investimentos exclusivos do Grupo Bradesco Seguros, estão abaixo apresentados com base no percentual de participação da Companhia naqueles fundos.

	2023							Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo (ii)
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo				
Títulos a valor justo por meio do resultado	42.888.036	11.694.615	13.160.298	204.883.263	272.626.212	271.391.418	1.234.794		
Letras financeiras do tesouro	-	827.802	4.257.357	129.314.090	134.399.249	134.184.226	215.023		
Letras financeiras de emissores privados	210.629	9.809.338	6.797.985	17.328.679	34.146.631	34.017.560	129.071		
Notas do tesouro nacional	-	-	1.160.100	24.236.127	25.396.227	25.082.892	313.335		
Debêntures	100	999.645	611.848	15.962.923	17.574.516	17.445.046	129.470		
Letras do tesouro nacional	421.911	18.514	46.780	17.329.251	17.816.456	17.370.441	446.015		
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(iv)	2.726.490	-	-	-	2.726.490	2.726.490	-		
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(iv)	17.407.238	38.661	-	-	17.445.899	17.445.899	-		
Quotas de fundos de investimento	7.696.400	-	-	-	7.696.400	7.696.400	-		
Ações	3.006.878	-	-	-	3.006.878	3.006.878	-		
Certificado de depósito bancário	5.741.355	655	1.228	2.031	5.745.269	5.745.264	5		
Notas comerciais	-	-	266.157	654.329	920.486	918.674	1.812		
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(iv)	5.677.035	-	-	-	5.677.035	5.677.035	-		
Depósito a prazo com garantia especial	-	-	1.715	13.166	14.881	14.863	18		
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	13.656	14.723	28.379	28.323	56		
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	53	25.712	25.765	25.776	(11)		
Swap	-	-	3.419	2.232	5.651	5.651	-		
Títulos disponíveis para venda	2.411.337	57.389	23.604	11.496.679	13.989.009	14.639.042	(650.033)		
Notas do tesouro nacional	-	-	10.262	10.791.736	10.801.998	11.786.055	(984.057)		
Ações	2.351.086	-	-	-	2.351.086	2.024.486	326.600		
Debêntures	-	-	-	643.958	643.958	636.062	7.896		
Letras financeiras de emissores privados	59.559	57.389	-	-	116.948	117.468	(520)		
Letras financeiras do tesouro	-	-	13.342	48.100	61.442	61.426	16		
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	12.885	12.885	12.853	32		
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissada (iv)	692	-	-	-	692	692	-		
Títulos mantidos até o vencimento	13.048	-	2.629.426	44.227.695	46.870.169	46.870.169	-		
Notas do tesouro nacional (iii)	-	-	2.629.426	44.227.695	46.857.121	46.857.121	-		
Letras financeiras do tesouro - Op. Compromissada (iv)	13.048	-	-	-	13.048	13.048	-		
Total	45.312.421	11.752.004	15.813.328	260.607.637	333.485.390	332.900.629	584.761		

continua



	2022						
	1 a 30 dias ou sem vencimento definido	31 a 180 dias	181 a 360 dias	Acima de 360 dias	Valor contábil/valor justo	Valor atualizado (i)	Ajuste a valor justo (ii)
Títulos a valor justo por meio do resultado	45.338.809	7.660.699	11.904.561	173.442.783	238.346.852	238.100.359	246.493
Letras financeiras do tesouro	-	1.625.679	8.509.273	107.548.900	117.683.852	117.520.518	163.334
Letras financeiras de emissores privados	397.310	3.088.945	2.535.715	26.360.841	32.382.811	32.248.450	134.361
Notas do tesouro nacional	3.395	884.607	-	15.236.333	16.124.335	16.535.670	(411.335)
Debêntures	44.007	653.514	409.269	14.554.937	15.661.727	15.584.682	77.045
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(iv)	15.673.446	-	-	-	15.673.446	15.673.446	-
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(iv)	12.635.557	-	-	-	12.635.557	12.249.569	385.988
Quotas de fundos de investimentos	10.612.548	-	-	-	10.612.548	10.612.548	-
Letras do tesouro nacional	713.537	893.064	262.642	7.744.790	9.614.033	9.719.061	(105.028)
Ações	3.427.182	-	-	-	3.427.182	3.427.182	-
Notas comerciais	-	-	135.520	1.953.409	2.088.929	2.085.310	3.619
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(iv)	1.829.234	-	-	-	1.829.234	1.829.234	-
Certificado de depósito bancário	-	403.378	35.296	3.159	441.833	442.793	(960)
Depósito a prazo com garantia especial	-	111.512	11.215	1.066	123.793	123.617	176
Swap	2.593	-	5.631	9.934	18.158	18.158	-
Certificados de recebíveis imobiliários	-	-	-	16.786	16.786	17.416	(630)
Certificados de recebíveis do agronegócio	-	-	-	12.628	12.628	12.705	(77)
Títulos disponíveis para venda	2.300.982	42.020	65.212	11.107.080	13.515.294	15.067.990	(1.552.696)
Notas do tesouro nacional	-	-	-	10.359.761	10.359.761	12.014.381	(1.654.620)
Ações	2.295.537	-	-	-	2.295.537	2.134.670	160.867
Debêntures	4.383	-	-	610.760	615.143	670.675	(55.532)
Letras financeiras de emissores privados	-	42.020	22.662	113.366	178.048	181.552	(3.504)
Letras financeiras do tesouro	-	-	42.550	11.801	54.351	54.304	47
Letras financeiras do tesouro - judiciais	-	-	-	11.392	11.392	11.346	46
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(iv)	1.062	-	-	-	1.062	1.062	-
Títulos mantidos até o vencimento	29.867	320.950	-	46.236.072	46.586.889	46.586.889	-
Notas do tesouro nacional (iii)	-	320.950	-	46.236.072	46.557.022	46.557.022	-
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros (iv)	28.968	-	-	-	28.968	28.968	-
Letras do tesouro nacional	899	-	-	-	899	899	-
Total	47.669.658	8.023.669	11.969.773	230.785.935	298.449.035	299.755.238	(1.306.203)

- Em função da capacidade financeira da Companhia e, conforme facultado pela norma em vigor, a Administração decidiu no exercício de 2013 pela reclassificação do montante de R\$ 15.136.703, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A mais valia no montante de R\$ 1.053.683, correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 892.213 (R\$ 861.508 em dezembro de 2022), sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 161.470 (R\$ 192.175 em dezembro de 2022).
- No exercício de 2022, em função da revisão de alguns modelos de negócios, que considera estratégias de alocações e a capacidade financeira da Companhia, a Administração decidiu pela reclassificação de mais R\$ 23.495.978, relativo a títulos classificados na categoria "Disponível para Venda" para a categoria "Mantidos até o Vencimento". A menos valia correspondente ao ajuste ao valor justo dos títulos reclassificados na data da reclassificação de R\$ 822.041, foi mantida no Patrimônio Líquido e está em processo de amortização no resultado pelo prazo de vencimento remanescente dos títulos. O saldo amortizado até o momento foi de R\$ 83.519 (R\$ 47.359 em dezembro de 2022), sendo que o saldo remanescente a amortizar é de R\$ 738.522 (R\$ 774.682 em dezembro de 2022).
- Para os títulos classificados na categoria "Mantidos até o Vencimento" equivale ao valor de curva. O valor de mercado está apresentado na nota 4d.
- Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

d. Hierarquia do valor justo

As tabelas abaixo apresentam os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos;
- Nível 2: Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- Nível 3: Premissas, para o ativo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	2023				2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Títulos a valor justo por meio do resultado	188.315.210	84.303.204	7.798	272.626.212	157.461.950	80.884.902	-	238.346.852
Letras financeiras do tesouro	134.399.249	-	-	134.399.249	117.683.852	-	-	117.683.852
Notas do tesouro nacional	25.396.227	-	-	25.396.227	16.124.335	-	-	16.124.335
Letras financeiras de emissores privados	-	34.138.833	7.798	34.146.631	-	32.382.811	-	32.382.811
Debêntures	-	17.574.516	-	17.574.516	-	15.661.727	-	15.661.727
Letras do tesouro nacional	17.816.456	-	-	17.816.456	9.614.033	-	-	9.614.033
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	2.726.490	-	2.726.490	-	12.635.557	-	12.635.557
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	17.445.899	-	17.445.899	-	15.673.446	-	15.673.446
Quotas de fundos de investimentos	7.696.400	-	-	7.696.400	10.612.548	-	-	10.612.548
Ações	3.006.878	-	-	3.006.878	3.427.182	-	-	3.427.182
Certificados de depósitos bancários	-	5.745.269	-	5.745.269	-	441.833	-	441.833
Notas comerciais	-	920.486	-	920.486	-	2.088.929	-	2.088.929
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*)	-	5.677.035	-	5.677.035	-	1.829.234	-	1.829.234
Depósito a prazo com garantia especial	-	14.881	-	14.881	-	123.793	-	123.793
Certificado de recebíveis imobiliários	-	28.379	-	28.379	-	16.786	-	16.786
Certificado de recebíveis do agronegócio	-	25.765	-	25.765	-	12.628	-	12.628
Swap	-	5.651	-	5.651	-	18.158	-	18.158
Títulos disponíveis para venda	12.002.391	761.598	1.225.020	13.989.009	11.628.076	794.253	1.092.965	13.515.294
Notas do tesouro nacional	10.801.998	-	-	10.801.998	10.359.761	-	-	10.359.761
Ações	1.126.066	-	1.225.020	2.351.086	1.202.572	-	1.092.965	2.295.537
Debêntures	-	643.958	-	643.958	-	615.143	-	615.143
Letras financeiras de emissores privados	-	116.948	-	116.948	-	178.048	-	178.048
Letras financeiras do tesouro	61.442	-	-	61.442	54.351	-	-	54.351
Letras financeiras do tesouro - judiciais	12.885	-	-	12.885	11.392	-	-	11.392
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*)	-	692	-	692	-	-	-	-
Letra do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	-	-	-	-	1.062	-	1.062
Títulos mantidos até o vencimento (**)	50.030.761	13.048	-	50.043.809	47.235.036	29.867	-	47.264.903
Notas do tesouro nacional	50.030.761	-	-	50.030.761	47.235.036	-	-	47.235.036
Notas do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	-	-	-	-	28.968	-	28.968
Letras do tesouro nacional - operação compromissada/outros(*)	-	-	-	-	-	899	-	899
Letras financeiras do tesouro - operação compromissada/outros(*)	-	13.048	-	13.048	-	-	-	-
Total	250.348.362	85.077.850	1.232.818	336.659.030	216.325.062	81.709.022	1.092.965	299.127.049

(*) Outros inclui contas a pagar/tesouraria.

(**) Refere-se ao valor justo na data-base indicada.

e. Desempenho e taxas contratadas

A Administração mensura a rentabilidade de seus investimentos utilizando como parâmetro a variação das taxas de rentabilidade dos Certificados de Depósitos Interbancários (CDI). Em 31 de dezembro de 2023, o desempenho global dos ativos financeiros que compõem a carteira de aplicações financeiras, sem considerar o ajuste ao valor justo dos investimentos classificados na categoria "Disponível para Venda" e os fundos de investimentos especialmente constituídos (PGBL/VGBL), atingiu 65,29% (93,51% em dezembro de 2022) no acumulado do exercício, em relação ao referido benchmark, e as taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, foram IPCA 5,46% (5,44% em dezembro de 2022), IGPM 6,60% (6,54% em dezembro de 2022), PRÉ (títulos pré-fixados) 7,59% (10,00% em dezembro de 2022) e da Selic (títulos pós-fixados) 100% (100% em dezembro de 2022).

f. Movimentação das aplicações financeiras

	2023			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro de 2023	238.346.852	13.515.294	46.586.889	298.449.035
(+) Aplicações	67.302.278	3.408.016	4.339.901	75.050.195
(-) Resgates	(63.216.449)	(4.662.884)	(7.831.503)	(75.710.836)
(+) Rendimentos	30.193.531	825.920	3.774.882	34.794.333
(+/-) Ajuste a valor justo	-	902.663	-	902.663
Saldo Final em 31 de dezembro de 2023	272.626.212	13.989.009	46.870.169	333.485.390

	2022			
	Títulos a valor justo por meio do resultado	Títulos disponíveis para venda	Títulos mantido até o vencimento (i)	Total
Saldo Inicial em 1º janeiro de 2022	213.084.620	33.653.668	22.320.217	269.058.505
(+) Aplicações	68.686.342	5.620.488	17.238	74.324.068
(-) Resgates	(67.630.541)	(3.337.346)	(2.764.203)	(73.732.090)
(+) Rendimentos	24.206.431	2.723.481	3.517.659	30.447.571
Reclassificação (nota explicativa 4.b)	-	(23.495.978)	23.495.978	-
(+/-) Ajuste a valor justo (ii)	-	(1.649.019)	-	(1.649.019)
Saldo Final em 31 de dezembro de 2022	238.346.852	13.515.294	46.586.889	298.449.035

(i) As movimentações realizadas na categoria "Mantidos até o Vencimento" correspondem ao vencimento e ao fluxo de recebimento de cupons dos títulos.

(ii) Inclui o efeito da menos valia dessa reclassificação no montante de R\$ (822.041).

5. Instrumentos financeiros derivativos

As operações com derivativos de taxas de juros e inflação (futuro de DI, DAP, swaps e opções) ou de renda variável (desde que permitidas pela política de investimento do fundo), alocadas em fundos de previdência, têm por objetivo a síntese de posições no mercado destes fatores de risco ou a proteção contra os efeitos da variação dos preços desses ativos como títulos públicos (LFTs e das NTN's F, B e C) e/ou títulos privados no primeiro caso e ações no segundo caso. As demais operações com derivativos, alocadas em carteira própria, visa a equalização e hedge econômico, entre o descasamento do ativo com o fluxo do passivo atuarial.

As operações com derivativos não podem gerar a possibilidade de perda superior ao valor do patrimônio líquido do fundo de investimento e não podem ser realizadas sem garantia da contraparte central da operação.

Adicionalmente as posições em mercados derivativos devem observar as seguintes condições: I - margem requerida limitada a 15% (quinze por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo; e II - valor total dos prêmios de opções pagos limitado a 5% (cinco por cento) do valor do patrimônio líquido do Fundo.

a. Valor dos instrumentos financeiros derivativos

	Valor de referência	Valor líquido (*)	Custo atualizado	Valor de mercado
Contratos futuros:				
Compromissos de compra:	44.325.730	17.290.899	-	-
Mercado interfinanceiro	42.124.362	17.290.899	-	-
Moeda estrangeira	1.221.530	-	-	-
Outros	979.838	-	-	-
Compromissos de venda:	29.226.868	2.192.037	-	-
Mercado interfinanceiro	24.833.463	-	-	-
Moeda estrangeira	1.493.873	272.343	-	-
Outros	2.899.532	1.919.694	-	-
Contratos de opções:				
Compromissos de compra:	528.319.920	53.385.057	539.932	609.273
Mercado interfinanceiro	527.813.338	53.283.664	522.280	592.933
Moeda estrangeira	405.785	101.393	5.569	8.604
Outros	100.797	-	8.083	7.736
Compromissos de venda:	474.960.257	25.394	(204.128)	(193.379)
Mercado interfinanceiro	474.529.674	-	(196.427)	(185.358)
Moeda estrangeira	304.392	-	(3.691)	(3.713)
Outros	126.191	25.394	(4.010)	(4.308)
Contratos de swap:				
Posição ativa:	49.539	-	6.093	5.651
Mercado interfinanceiro	49.539	-	6.093	5.651
Posição passiva:	76.320	26.781	(130.558)	(130.276)
Mercado interfinanceiro	49.539	-	(845)	-
Moeda estrangeira	26.781	26.781	(129.713)	(130.276)
Total geral	1.076.958.634	72.920.168	211.339	291.269

c. Cobertura das provisões técnicas

Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2023	2022
Total das provisões técnicas	327.497.730	293.056.236
(+) Efeito monetário na elaboração do TAP (*)	1.675.687	678.014
(-) Parcela correspondente a resseguros contratados	(19.215)	(21.655)
Total a ser coberto (A)	329.154.202	293.712



b. Faixas de vencimento		2023	2022
A vencer			
Até 30 dias (*)		144.043	164.033
De 31 a 120 dias		12.552	14.099
Acima de 121 dias		3.665	2.726
Total a vencer		160.260	180.858
Vencidos:			
Até 30 dias		31.801	29.662
De 31 a 120 dias		45.241	43.114
Acima de 121 dias		36.828	71.743
Total vencidos		113.870	144.519
Subtotal		274.130	325.377
Redução ao valor recuperável		(85.059)	(93.176)
Total		189.071	232.201

(*) Os Prêmios Riscos Videntes Não Emitidos estão alocados integralmente na faixa "a vencer – até 30 dias"

c. Movimentação dos prêmios a receber		2023	2022
Saldo em 1º de janeiro (*)		199.585	196.734
(+) Prêmios emitidos		11.778.219	12.589.166
(+) IOF		41.107	43.802
(-) Prêmios cancelados		(599.658)	(563.100)
(-) Recebimentos		(11.256.549)	(12.070.931)
Reversão de provisão para perda		8.117	3.914
Saldo em 31 de dezembro (*)		170.821	199.585

(*) Não contempla os prêmios de riscos videntes não emitidos e prêmios de coseguro aceito no montante de R\$ 18.250 (R\$ 32.616 em 2022).

7. Ativos de resseguro e operações com resseguro		2023	2022
a. Composição			
Ativos de Resseguro		42.351	37.778
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)		4.196	4.664
Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)		23.135	16.123
Provisão de sinistros a liquidar		14.461	16.502
Provisão despesas relacionadas (PDR)		559	489
Total		5.445	10.949
Sinistros a recuperar		7.053	11.182
Redução ao valor recuperável		(1.608)	(233)
Total		47.796	48.727

b. Movimentação de ativos de resseguros e operações com resseguro		2023	2022
Saldo em 1º de janeiro		48.727	30.975
Constituição líquida de reversões		26.752	32.587
Sinistros recuperados		(26.757)	(15.953)
Atualização monetária e juros de sinistros		449	1.144
Outras movimentações		(1.375)	(26)
Saldo em 31 de dezembro		47.796	48.727

c. Composição por ressegurador		2023		2022	
Resseguradores	Categoria	Prêmios a liquidar	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	16.805	7.053	14.461	14.461
Mapfre RE	Local	1.899	-	-	-
Austral RE	Local	4.484	-	-	-
Total		23.188	7.053	14.461	14.461
Resseguradores	Categoria	Prêmios a liquidar	Sinistros a recuperar	Sinistros a liquidar	Sinistros a liquidar
IRB Brasil Resseguros	Local	13.176	11.182	16.502	16.502
Mapfre RE	Local	2.260	-	-	-
Total		15.436	11.182	16.502	16.502

8. Outros valores e bens		2023		2022	
a. Ativo de direito de uso					
	Saldo inicial em 31/12/2022	Aquisição/baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2023	
Imóveis	11.503	683	(4.985)	7.201	
Total	11.503	683	(4.985)	7.201	
	Saldo inicial em 31/12/2021	Aquisições/baixas	Depreciação	Saldo em 31/12/2022	
Imóveis	23.221	(6.994)	(4.724)	11.503	
Veículos	66	(15)	(51)	-	
Total	23.287	(7.009)	(4.775)	11.503	

9. Ativos e passivos fiscais		2023		2022	
a. Créditos tributários e previdenciários					
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante
Impostos a compensar	51.088	-	51.088	34.350	-
ILL	5.142	-	5.142	4.720	-
INSS - aviso prévio	3.121	-	3.121	2.985	-
Finsocial	2.422	-	2.422	724	-
Creditos e tributos diferidos (b-i)	-	1.098.450	1.098.450	-	1.957.956
Obrigações fiscais diferidas (b-ii)	-	(5.221)	(5.221)	-	(23.396)
Total	61.773	1.093.229	1.155.002	42.779	1.934.560

b. Origens dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos		2023		2022	
(i) Movimentação de créditos tributários diferidos					
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2023	
Provisões judiciais - cíveis	126.567	85.034	(130.009)	81.592	
Provisões para riscos de crédito	137.196	-	(84.804)	52.392	
Provisões judiciais - fiscais	27.778	14.350	-	42.128	
Provisões judiciais - trabalhistas	13.546	1.536	(1.918)	13.164	
Outros	798.788	4.386	(384.833)	418.341	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	1.103.875	105.306	(601.564)	607.617	
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	854.081	51.114.589	(51.477.837)	490.833	
Total dos créditos tributários	1.957.956	51.219.895	(52.079.401)	1.098.450	
	Saldo em 31/12/2021	Constituição	Realização	Saldo em 31/12/2022	
Provisões judiciais - cíveis	189.653	60.342	(123.428)	126.567	
Provisões para riscos de crédito	209.816	-	(72.620)	137.196	
Provisões judiciais - fiscais	29.412	-	(1.634)	27.778	
Provisões judiciais - trabalhistas	43.000	4.988	(34.442)	13.546	
Outros	510.711	330.882	(42.805)	798.788	
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	982.592	396.212	(274.929)	1.103.875	
Ajuste a valor justo - títulos disponíveis para venda	208.365	18.233.127	(17.587.411)	854.081	
Total dos créditos tributários	1.190.957	18.629.339	(17.862.340)	1.957.956	

(ii) Movimentação dos tributos diferidos		2023		2022	
	Saldo em 31/12/2022	Constituição	Realização/reversão	Saldo em 31/12/2023	
Atualização de depósito judicial	23.396	2.300	(20.475)	5.221	
Total	23.396	2.300	(20.475)	5.221	
	Saldo em 31/01/2021	Constituição	Realização/reversão	Saldo em 31/12/2022	
Atualização de depósito judicial	22.905	8.882	(8.391)	23.396	
Outros	-	547	(547)	-	
Total	22.905	9.429	(8.938)	23.396	

(iii) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias		2023		2022	
	Diferenças temporárias	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total	
2024		280.442	168.282	448.724	
2025		19.957	11.979	31.936	
2026		15.197	9.110	24.307	
2027		12.501	7.502	20.003	
2028		10.861	6.513	17.374	
2029 a 2031		22.295	13.369	35.664	
2032		18.508	11.101	29.609	
Total		379.761	227.856	607.617	

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. Em 31 de dezembro de 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 575.904 (R\$ 1.039.787 em 2022).

Sinistros brutos de resseguro		2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Montante estimado para os sinistros													
No ano do aviso		1.305.822	1.330.460	1.415.524	1.493.336	1.537.474	1.438.027	1.486.498	1.790.466	2.637.218	2.258.435	2.309.199	-
Um ano após o aviso		1.298.610	1.373.160	1.425.789	1.491.439	1.487.961	1.416.097	1.485.510	1.773.817	2.585.356	2.178.667	-	-
Dois anos após o aviso		1.326.512	1.368.575	1.403.515	1.468.731	1.503.531	1.455.934	1.520.074	1.747.805	2.561.130	-	-	-
Três anos após o aviso		1.309.876	1.277.276	1.323.436	1.449.190	1.519.097	1.451.634	1.463.793	1.706.601	-	-	-	-
Quatro anos após o aviso		1.296.147	1.242.937	1.310.005	1.462.168	1.536.394	1.426.386	1.445.644	-	-	-	-	-
Cinco anos após o aviso		1.304.644	1.224.932	1.300.747	1.477.622	1.511.850	1.418.889	-	-	-	-	-	-
Seis anos após o aviso		1.299.984	1.220.007	1.308.434	1.450.470	1.503.454	-	-	-	-	-	-	-
Sete anos após o aviso		1.315.365	1.231.712	1.296.121	1.446.357	-	-	-	-	-	-	-	-
Oito anos após o aviso		1.324.882	1.210.051	1.292.463	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Nove anos após o aviso		1.320.008	1.208.854	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Dez anos após o aviso		1.527.864	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estimativa dos sinistros na data-base		1.527.864	1.208.854	1.292.463	1.446.357	1.503.454	1.418.889	1.445.644	1.706.601	2.561.130	2.178.667	2.309.199	18.599.122
Pagamentos de sinistros efetuados		(1.292.661)	(1.178.248)	(1.239.085)	(1.387.445)	(1.410.031)	(1.315.154)	(1.347.001)	(1.567.538)	(2.288.533)	(1.797.993)	(1.660.453)	(16.484.142)
Provisão de sinistros a liquidar (administrativo e judicial)		235.203	30.606	53.378	58.912	93.423	103.735	98.643	139.063	272.597	380.674	648.746	2.114.980

Não foram considerados no desenvolvimento as operações de retrocessão de R\$ 1.368. O valor da Provisão de sinistros a liquidar de Resseguro monta R\$ 14.461.

f. Demonstrativo do desempenho das provisões relacionadas a sinistros/benefícios		2023	2022
Total de ações judiciais pagas no exercício e que se encontravam provisionadas		140.711	173.051
Total provisionado de ações judiciais pagas no exercício		154.675	181.014
Processos encerrados sem pagamento no exercício corrente, para os quais havia provisão constituída		137.637	193.190
Total de ações judiciais pagas no exercício e não provisionadas no exercício anterior		57.691	78.626

10. Ativos intangíveis		Saldo em 31/12/2022	Aquisição/Baixa	Amortização	Saldo em 31/12/2023
Sistema de Computação		228.486	124.036	(60.020)	292.502
Total		228.486	124.036	(60.020)	292.502
		Saldo em 01/01/2022	Aquisição/Baixa (*)	Amortização	Saldo em 31/12/2022
Sistema de Computação		161.263	105.600	(38.377)	228.486
Total		161.263	105.600	(38.377)	228.486

11. Obrigações a pagar		2023	2022
Fornecedores		41.677	40.043
Pagamentos a efetuar		9.418	7.008
Participação nos lucros a pagar		14.405	10.921
Dividendos a pagar		135.055	16.299
Honorários, remunerações e gratificações a pagar		17.993	12.966
Outras obrigações		705.798	1.989.906
Total		924.346	2.077.143

12. Impostos e encargos sociais a recolher		2023	2022
Imposto de renda retido na fonte a recolher		175.251	220.606
Imposto sobre serviços a recolher		4.792	6.371
Impostos sobre operações financeiras		1.303	1.236
Contribuições previdenciárias		2.677	2.418
PIS/COFINS/CSLL de terceiros		997	1.121
Outros impostos e encargos a recolher		3.236	1.338
Total		188.256	233.090

13. Impostos e contribuições a pagar		2023	2022
Imposto de renda		1.195	73.426

i. Obrigações legais - fiscais e previdenciárias

INSS – A Companhia vem discutindo judicialmente a legalidade e constitucionalidade de alguns tributos e contribuições, os quais estão provisionados. As principais questões são:

INSS - Contribuição previdenciária Corretores de seguro (LC nº 84/1996 e Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991) – A companhia discutia a incidência da contribuição previdenciária sobre as remunerações pagas a corretores de seguro, instituída, inicialmente, pela LC nº 84/1996, após, pela Lei nº 9.876/1999 (nova redação dada ao Artigo 22, inciso I, da Lei nº 8.212/1991), à alíquota de 20% e adicional de 2,5%, sob o argumento de que os serviços não são prestados às seguradoras, mas aos segurados, estando desta forma fora do campo de incidência da referida contribuição. Em outubro de 2020, em decorrência do Julgamento da ADI 4673 a Companhia protocolou junto ao STF sua resistência na discussão sobre a incidência da contribuição e, dessa forma, o valor do depósito judicial correspondente, no montante de R\$ 172.796 (R\$ 172.796 em 31 de dezembro de 2022) será revertido a favor da União.

INSS – Valor provisionado R\$ 72.916 – Autuações correspondentes ao período de 2005 a 2011 relativas a contribuição previdenciária (INSS) sobre aportes em planos de Previdência Privada, considerados pela fiscalização como verbas remuneratórias sujeitas a incidência de tal tributação (R\$ 44.311) e a multa isolada pela não retenção de IRRF sobre referidos aportes (R\$ 28.605).

ii. Processos trabalhistas

Referem-se a ações judiciais ajuizadas por ex-empregados, cujas pretensões se resumem na obtenção de indenizações em pedidos de “Horas extras”. As horas extraordinárias realizadas, são controladas por sistema eletrônico e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, dessa forma, as ações promovidas por ex-empregados não tem, individualmente, valores relevantes.

A constituição da provisão trabalhista, entre outros fatores, considera a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), ela é formada com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 12 meses. Após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

iii. Passivos contingentes

A Companhia mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Companhia figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos.

Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizam R\$ 83.080 (R\$ 66.412 em 31 de dezembro de 2022), para os processos cíveis e R\$ 296.886 (R\$ 254.754 em 31 de dezembro de 2022), para os processos fiscais. Os principais processos com essa classificação são os seguintes:

• PIS e COFINS da Kirton Vida e Previdência S.A., incorporada em maio de 2018, no montante de R\$ 151.873 (R\$ 143.178 em 31 de dezembro de 2022).

Em 2008 transitou em julgado decisão final na ação judicial que se reconheceu inconstitucional o alargamento da base de cálculo de PIS e COFINS e definiu o conceito de que faturamento corresponde ao resultado da venda de bens e serviços. A consequente redução da base de cálculo e a compensação de créditos fiscais autorizada por essa decisão deram origem a autuações fiscais decorrentes do entendimento da Receita Federal de que a base de cálculo desses tributos deve incluir todas as receitas advindas da atividade objeto social da empresa. Os processos estão em diversos estágios e tem curso, em sua maioria, na esfera administrativa federal, exceto por um dos processos que tem curso na esfera judicial. O risco de perda desses processos é classificado como possível com base na avaliação dos advogados internos e externos.

Com a edição da Lei 12.973, artigo 2º, a Companhia adotou a partir de 1º de janeiro 2015 como base de cálculo de PIS e COFINS as receitas com contribuições de planos previdenciários deduzidas de sua respectiva constituição de provisões técnicas, desta forma, começando a efetuar o recolhimento sobre o seu objeto principal.

iii. Processos cíveis

Referem-se à estimativa global de perdas com ações que versam sobre assuntos relacionados ao desenvolvimento normal da atividade comercial da Companhia, que possuem como objeto, questões como: devolução de contribuições/prêmios, alcance de coberturas e cobrança de benefícios ou indenizações.

As provisões de contingência cíveis são atualizadas monetariamente utilizando-se da variação monetária do IPCA – (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), medido mensalmente pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) acrescidas de juros de 1% ao mês.

Processos judiciais movidos por terceiros, visando obter vínculo empregatício, são provisionados considerando a data da entrada do processo (antes e após a reforma trabalhista ocorrida em novembro/2017), sendo formada com base no valor médio dos pagamentos efetuados nas ações encerradas nos últimos 60 meses, após apuração, a média é corrigida monetariamente com a adição de juros de 1% ao mês.

v. Movimentação das provisões judiciais constituídas

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2023	67.152	33.867	316.420	1.789	419.228
Constituição líquida de reversões	38.355	3.766	190.987	546	233.654
Pagamentos	(6.503)	(8.562)	(325.021)	-	(340.086)
Atualização monetária	5.857	3.840	21.593	43	31.333
Saldo em 31 de dezembro de 2023	104.861	32.911	203.979	2.378	344.129

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Outras provisões	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2022	74.364	107.499	474.138	1.652	657.653
Constituição líquida de reversões	40	(75.556)	112.477	126	37.087
Pagamentos	(10.857)	(10.547)	(308.568)	-	(329.972)
Atualização monetária	3.605	12.471	38.373	11	54.460
Saldo em 31 de dezembro de 2022	67.152	33.867	316.420	1.789	419.228

b. Depósitos judiciais e fiscais

	2023	2022
Cíveis e trabalhistas	359.472	344.502
IR e CSLL	12.371	11.696
Sinistros	27.275	26.841
Outros	2.151	2.157
Total	401.269	385.196

c. Passivo de arrendamento

i. Imóveis - aging

	2023	2022
Até um ano	5.601	4.833
Entre um e cinco anos	2.665	7.843
Total	8.266	12.676

ii. Movimentação

	2023	2022
Saldo final em 1º de janeiro	12.676	24.230
Remensuração e novos contratos	684	(6.596)
Pagamentos	(6.144)	(6.386)
Apropriação de cargos financeiros	1.050	1.428
Saldo final em 31 de dezembro	8.266	12.676

17. Patrimônio líquido

a. Capital social e dividendos

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, já considerados os atos societários abaixo, é representado por 204.563 (204.563 em dezembro de 2022) ações escriturais, ordinárias e nominativas, sem valor nominal.

De acordo com as disposições estatutárias, a cada ação corresponde um voto nas Assembleias Gerais, sendo garantido aos acionistas um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido de cada exercício, ajustado nos termos da legislação societária brasileira.

b. Atos societários

Em 30 de março de 2023, foi deliberado por meio de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária, aumento de capital, no montante de R\$ 450.000, sem emissão de ações ordinárias nominativas, mediante capitalização de parte do saldo da conta “Reserva de lucros – Reserva legal”. O ato societário foi aprovado pela Portaria SUSEP/ CGRAJ Nº 1.447, de 24 de maio de 2023. Em 22 de maio de 2023, por meio da Portaria SUSEP/ CGRAJ Nº 1.441, foi aprovado o aumento de capital no montante de R\$ 350.000 deliberado na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 20 de dezembro de 2022.

Durante o exercício de 2023, foi deliberado pelos administradores, através de reunião de diretoria, a destinação de dividendos extraordinários, no montante de R\$ 3.930.221 sendo R\$ 3.560.221, por conta do resultado do exercício e, R\$ 370.000 por conta de “Reserva de lucros – Reserva estatutárias”.

Também foram creditados aos acionistas juros sobre capital próprio no montante de R\$ 400.000, calculados mediante a aplicação da Taxa de Juros de Longo Prazo sobre o patrimônio líquido, limitados a 50% do resultado antes da provisão para o imposto de renda. Os juros reduziram a despesa de imposto de renda e contribuição social em R\$ 160.000. A distribuição de lucros foi calculada como segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	5.282.119	3.190.726
Constituição da reserva legal	(264.106)	(143.528)
Base de cálculo dos dividendos	5.018.013	3.047.198
Dividendos pagos	-	200.000
Dividendos antecipados	3.560.221	350.000
Juros sobre capital próprio creditados antecipados (líquidos dos impostos retidos na fonte)	340.000	195.500
Dividendos propostos	-	16.299
Porcentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	77,72%	25,00%

c. Reserva legal

Constituída, ao final do exercício, na forma prevista na legislação societária brasileira, podendo ser utilizada para a compensação de prejuízos ou para aumento do capital social.

d. Reserva estatutária

Constituída por até 100% do lucro líquido remanescente após as deduções legais e a constituição de reserva legal, é efetuada ao final de cada exercício social, visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, até atingir o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do Capital Social Integralizado, estando sujeita à deliberação em Assembleia Geral.

18. Gestão de Capital

O principal objetivo da Seguradora em relação à gestão de capital é manter níveis de capital suficientes para atender os requerimentos regulatórios determinados pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), além de otimizar o retorno sobre capital para os acionistas.

a. Patrimônio líquido ajustado e adequação de Capital

A Resolução CNSP nº 432/21, estabelece que as sociedades deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR). O PLA é avaliado numa visão econômica, e deve ser calculado com base no patrimônio líquido contábil ou no patrimônio social contábil, considerando os ajustes contábeis e ajustes associados à variação dos valores econômicos. O CMR é equivalente ao maior valor entre o capital base (CB) e o capital de risco (CR). O CR é apurado com base na soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, conforme demonstrado abaixo:

Patrimônio líquido contábil	7.725.737
Ajustes contábeis	(762.395)
(-) Despesas antecipadas	(1.746)
(-) Créditos tributários – Diferenças temporárias que excederem 15% do CMR	(285.372)
(-) Ativos intangíveis	(292.502)
(-) Custo de aquisição diferidos não diretamente relacionados a PPNG	(182.775)
Ajustes associados à variação dos valores econômicos	3.375.076
(+) Diferença entre valor de mercado e valor dos ativos financeiros mantidos até o vencimento	1.904.184
(-) Redução no TAP referente à diferença de mercado dos ativos vinculados	(1.005.412)
(+) Superávit entre provisões e fluxo realista de prêmios/contribuições registradas	2.476.304
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	9.759.298
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1 com limitador	7.049.036
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2 com limitador	1.897.183
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3 com limitador	813.079
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 1	7.049.036
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 2	2.476.304
Patrimônio líquido Ajustado (PLA) - Nível 3	813.079
Capital mínimo requerido (CMR) = (maior entre (I) e (II))	5.420.524
Capital base (I)	15.000
Capital de risco (II) (*)	5.420.524
Capital adicional de risco de subscrição	3.710.908
Capital adicional de risco de crédito	210.283
Capital adicional de risco de mercado	2.621.892
Capital adicional de risco operacional	262.018
Efeito da correlação (benefícios)	(1.384.577)
Suficiência de capital (PLA – CMR)	4.338.774

(*) O cálculo do capital de risco corresponde à soma dos capitais de risco de crédito, mercado, subscrição e operacional, considerando a aplicação do benefício da correlação, seguindo as definições da Resolução SUSEP nº 432/2021.

19. Benefícios a empregados

Planos de Previdência Complementar

A contribuição para os planos durante o exercício de 2023 foi de R\$ 27.073 (R\$ 17.062 em dezembro de 2022), que estão integralmente cobertos por provisões técnicas, que totalizam R\$ 172.424 (R\$ 150.652 em dezembro de 2022), sendo: benefícios concedidos R\$ 85.477 (R\$ 87.758 em dezembro de 2022), benefícios a conceder R\$ 86.947 (R\$ 62.894 em dezembro de 2022).

Além desse benefício, a Companhia oferece aos seus funcionários e administradores seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional.

20. Transações e saldos com partes relacionadas

As transações com partes relacionadas (diretas e indiretas) são efetuadas de acordo com o CPC 05, o Grupo também dispõe de política de transações com partes relacionadas.

As principais transações estão assim representadas:

	Ativo	Passivo
	2023	2022
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (a)	26.407.627	30.820.886
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b) (m)	12	-
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	-	2.550
Fleury S.A. (empresa ligada) (a)	2.168	3.579
Instituto de radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (k)	1	2
Europ Assistence do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (d)	-	-
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (e)	-	8.255
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (k)	1	2
Cielo S.A. (empresa ligada) (a)	2.430	2.474
Odontoprev S.A. (empresa ligada) (a)	-	454
Saúde Newco Ltda. (empresa ligada) (k)	1	-
Total	26.412.240	30.827.397

	Receitas	Despesas
	2023	2022
Bradesco Seguros S.A. (controladora direta) (b)	-	(739.625)
Europ Assistence do Brasil Serviços de Assistência S.A. (empresa ligada) (d)	-	(112.928)
BPAR Corretagem de Seguros Ltda. (empresa ligada) (f)	-	(34.289)
BSP Affinity Ltda. (empresa ligada) (c)	-	(30.600)
Bradescor Corretora de Seguros Ltda. (empresa ligada) (f)	-	(39.336)
Banco Bradesco S.A. (controlador final) (h)	7.518	(1.634)
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços Ltda. (empresa ligada) (c)	-	(6.924)
BSP Empreendimentos Imobiliários S.A. (empresa ligada) (i)	-	(6.143)
Fleury S.A. (empresa ligada) (l)	3.130	4.010
Instituto de Radiologia de Natal Ltda. (empresa ligada) (l)	17	18
Novamed Gestão de Clínicas S.A. (empresa ligada) (e)	-	(538)
Livelo S.A. (empresa ligada) (f)	-	(17.522)
Alelo S.A. (empresa ligada) (f) (j)	-	(16.295)
Santecorp Holding Ltda. (empresa ligada) (l)	15	22
Saúde Newco Ltda. (empresa ligada) (l)	24	47
Centro de Patologia Clínica Ltda. (empresa ligada) (l)	3	4
Swiss RE Corporate Solutions Brasil Seguros S.A. (empresa ligada) (l)	717	-
ABPF Oncologia S.A. (empresa ligada) (l)	2	-
Total	11.426	4.101

(a) Refere-se a saldo em conta-corrente, operações compromissadas, aplicações em ações via fundos de investimentos e Títulos Públicos.

(b) O rateio das despesas administrativas compartilhadas é efetuado a partir de aplicações de percentuais de alocação para cada sociedade filiada, sobre o total de despesas incorridas pela sociedade de comando do Grupo Bradesco Seguros, no desenvolvimento de atividades.

(c) Consultoria comercial em seguros no desenvolvimento de produtos.

(d) Refere-se a provisão/serviços de assistência 24 horas.

(e) Refere-se a serviços de assistência médica.

(f) Custo de aquisição/comissão.

(g) Refere-se a serviços de call center.

(h) Despesas com taxa de custódia, tarifas bancárias e serviços de ações escriturais.

(i) Despesas com alugueis.

(j) Despesas com alimentação.

(k) Prêmios a receber.

(l) Prêmio emitido/receita de contribuição.

(m) Refere-se a dividendos a pagar.

a) Remuneração do pessoal-chave da Administração

Anualmente na Assembleia Geral Ordinária são fixados:

• O montante global anual da remuneração dos Administradores, que é aprovada em Reunião de Diretoria, conforme determina o Estatuto Social;

• A verba destinada a custear planos de previdência complementar aberta dos Administradores, dentro do plano de previdência destinado aos Funcionários e Administradores; e

• Foi determinado o valor máximo de R\$ 15.700 (R\$ 15.600 em 2022), líquido de encargos sociais, para remuneração dos Administradores e de R\$ 13.100 (R\$ 10.900 em 2022) para custear planos de previdência complementar de contribuição definida.

Benefícios de curto prazo a Administradores

	2023	2022
Proventos	16.443	11.887
Encargos sociais	3.700	2.675
Planos de previdência complementar de contribuição definida	18.700	10.900
Total	38.843	25.462

A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

b) Outros

As operações compromissadas indicadas na nota explicativa nº4(b), tem como contraparte o Banco Bradesco S.A.

A Companhia realiza operações decorrentes de seus produtos com partes relacionadas, incluindo membros do pessoal-chave da administração.

21. Principais ramos de atuação

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	5.664.813	41,49	13,23
Previdência - risco	1.147.490	15,38	0,82
Total	6.812.303		

Ramos	Prêmios Ganhos	Sinistralidade %	Comercialização %
Seguros de pessoas	5.549.825	39,02	15,99
Previdência - risco	778.509	25,67	1,81
Total	6.328.334		

22. Detalhamento das contas de resultado

a. Prêmios ganhos

	2023	2022
Prêmios diretos	10.130.083	10.873.588
Contribuições de riscos	595.278	680.388
Prêmios cedidos cosseguros	(36.968)	(51.435)
Variações das provisões técnicas	(3.876.090)	(5.174.207)
Total	6.812.303	6.328.334

b. Sinistros ocorridos



Bradesco Vida e Previdência S.A.

CNPJ Nº 51.990.695/0001-37

i. Despesas administrativas			
	2023	2022	
Despesas com pessoal próprio:	(649.633)	(518.087)	
Ordenados	(175.649)	(80.563)	
INSS/FGTS	(62.940)	(57.762)	
Planos de previdência privada	(27.074)	(17.062)	
Honorários da administração	(16.542)	(12.039)	
Programa de alimentação ao trabalhador	(14.291)	(11.476)	
Despesas com vale-transporte	(3.011)	(2.269)	
Outras	(350.126)	(336.916)	
Despesas com localização e funcionamento	(158.614)	(122.277)	
Despesas com serviços de terceiros	(133.200)	(106.181)	
Despesas com donativos e contribuições	(60.712)	(28.534)	
Despesas com publicidade e propaganda institucional	(90.250)	(85.050)	
Despesas administrativas diversas	(7.223)	(4.115)	
Total	(1.099.632)	(864.244)	
j. Despesas com tributos			
	2023	2022	
Despesas com COFINS	(267.550)	(244.371)	
Despesas com PIS	(43.477)	(39.710)	
Despesas com ISS	(30.700)	(35.387)	
Despesas com taxa de fiscalização	(5.180)	(5.195)	
Outras despesas com tributos	(9.915)	(679)	
Total	(356.822)	(325.342)	
k. Resultado financeiro			
<i>i. Receitas financeiras</i>			
	2023	2022	
Receitas financeiras com quotas de fundos especialmente constituídos garantidores de planos de benefícios	29.404.083	23.595.211	
Receitas com títulos de renda fixa	5.427.637	6.918.378	
Outras receitas financeiras	364.597	6.761	
Receitas com títulos de renda variável - juros ao capital próprio, dividendos e ações	260.626	198.023	
Receitas com operações de seguros e resseguros	35.715	-	
Atualização monetária de depósitos judiciais e fiscais	28.244	26.042	
Receitas com títulos de renda variável	1.327	562	
Total	35.522.229	30.744.977	
ii. Despesas financeiras			
Despesas financeiras com operações de VGBL	(24.862.389)	(19.964.766)	
Despesas financeiras com operações de previdência e PGBL	(5.953.810)	(7.231.297)	
Despesas com operações com seguros e resseguros	(1.258.009)	(1.318.459)	
Outras despesas financeiras - impostos, contribuições e eventuais	(147.927)	(141.839)	
Atualização monetária de processos judiciais e juros	(31.333)	(54.460)	
Despesas com títulos de renda fixa	(30.473)	(66.580)	
Despesas com títulos de renda variável - ações	(23.605)	(21.038)	
Despesas com títulos de renda variável	(8.242)	-	
Outras despesas de seguros	(1.404)	(381)	
Despesas com arrendamento	(1.050)	(1.439)	
Total	(32.318.242)	(28.800.259)	
Total	3.203.987	1.944.718	
l. Imposto de renda e contribuição social			
	2023	2022	
Impostos diferidos			
Constituição no exercício sobre adições temporárias	(478.083)	120.792	
Impostos correntes			
Imposto de renda e contribuição social devidos	(2.634.162)	(1.979.550)	
Imposto de renda e contribuição social devidos	(3.112.245)	(1.858.758)	
23. Reconciliação da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social			
	2023	2022	
Resultado antes de impostos e participações	8.409.624	5.061.313	
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(3.363.850)	(2.024.525)	
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:			
Juros sobre capital próprio	160.000	92.000	
Participações no resultado	(6.104)	(4.731)	
Dividendos	35.290	62.107	
Contribuição entidade de classe	(734)	(679)	
Ajustes efetuados na declaração de rendimento	120	3.703	
Doações, patrocínios e brindes	(25.993)	(13.072)	
Outros valores	89.026	26.439	
Imposto de renda e contribuição social do período	(3.112.245)	(1.858.758)	
Alíquota efetiva	37,01%	36,72%	

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
<p>Jorge Pohlmann Nasser - Diretor-Presidente</p> <p>Américo Pinto Gomes - Diretor-Gerente</p> <p>Gedson Oliveira Santos - Diretor-Gerente</p> <p>Alexandre Nogueira da Silva - Diretor</p> <p>Antonio Alexandre Arias - Diretor</p>	<p>Bernardo Ferreira Castello - Diretor</p> <p>Estevão Augusto Oller Scripilliti - Diretor</p> <p>José Pires - Diretor</p> <p>Valdirene Soares Secato - Diretora</p> <p>Vinicius Marinho da Cruz - Diretor</p>	<p>Luiz Carlos Trabuco Cappi - Presidente</p> <p>Samuel Monteiro dos Santos Junior - Vice-Presidente</p> <p>Milton Matsumoto - Membro</p> <p>Alexandre da Silva Glüher - Membro</p> <p>Octavio de Lazzi Junior - Membro</p>
		<p>Bernardo Ferreira Castello Atuário - MIBA 1717</p> <p>João Batista Zorzete Contador - CRC 1SP248285/O-9</p>

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração e Administradores da Bradesco Vida e Previdência S.A.

Barueri – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Bradesco Vida e Previdência S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Bradesco Vida e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Avaliação da mensuração das provisões técnicas de seguros e previdência privada e do teste de adequação de passivos

Conforme apresentado nas notas explicativas nº 2(N) e 15 às demonstrações contábeis, a Companhia possui provisões técnicas relacionadas aos contratos de seguros e de previdência privada.

Para realizar o teste de adequação de passivos e para mensurar as provisões técnicas de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR) e a provisão de sinistros ocorridos e não suficientemente avisados (IBNER), que está contida na provisão de sinistros a liquidar (PSL), a Companhia utiliza técnicas e métodos atuariais que requerem julgamento na determinação de metodologias e definição de premissas que incluem longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros.

Consideramos a realização do teste de adequação de passivos e a mensuração das provisões técnicas de contratos de seguros e previdência privada mencionadas acima como um principal assunto de auditoria. As premissas utilizadas em sua mensuração são subjetivas, de maneira que, pequenas variações em determinadas premissas podem resultar em mudanças significativas na mensuração desses passivos.

Como nossa auditoria endereçou esse assunto

Abaixo estão relacionados os principais procedimentos que realizamos para tratar esse principal assunto de auditoria:

- Avaliamos o desenho e a efetividade operacional de certos controles internos relacionados à realização do teste de adequação de passivos e à mensuração das provisões técnicas. Isto incluiu controles relativos a (1) o desenvolvimento e a aprovação das metodologias atuariais e premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros; e (2) a revisão e aprovação dos cálculos para mensuração das provisões técnicas.
- Envolvemos profissionais atuariais com conhecimentos específicos que nos auxiliaram:
 - 1. na avaliação das metodologias utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas mencionadas, mediante análise com as práticas usualmente utilizadas;
 - 2. na avaliação das premissas relacionadas a longevidade, persistência, taxas de desconto e expectativa de sinistros, utilizadas na realização do teste de adequação de passivos e na mensuração das provisões técnicas, por meio da análise com as práticas usualmente utilizadas e as informações históricas da Companhia;
 - 3. a testar, por meio de amostragem, a exatidão matemática do teste de adequação de passivos e do cálculo das provisões técnicas mencionadas acima, com base nas informações históricas da Companhia, metodologias e premissas;
 - 4. no desenvolvimento, por meio de amostragem, de estimativa independente da IBNR e IBNER, utilizando técnicas atuariais geralmente aceitas e premissas independentes; e
 - 5. na avaliação das projeções de sinistros realizadas pela Companhia, por meio de comparação das estimativas históricas com os pagamentos subsequentes realizados.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos adequada a mensuração do teste de adequação de passivos e das provisões técnicas de seguros e previdência privada, no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia

continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e não consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações contábeis como um todo e na formação da nossa opinião.
- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações contábeis. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações contábeis: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações contábeis com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações contábeis são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações contábeis.
- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.
- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma percentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações contábeis como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente, e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 27 de fevereiro de 2024

KPMG KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP

Carlos Massao Takauti
Contador - CRC 1SP206103/O-4

RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023

Ilmos. Srs. Membros do Conselho de Administração da Bradesco Vida e Previdência S/A

O Comitê de Auditoria (“Comitê”) da Bradseg Participações S/A, instituído em 20 de outubro de 2020, funciona em conformidade com o estatuto social da Seguradora e do seu Regulamento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

De acordo com o estabelecido no estatuto social e no seu Regulamento Interno, compete ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares e, em suas funções de auditoria e fiscalização na Bradesco Vida e Previdência e em atendimento a Resolução SUSEP 432 - Artigo 13, a manifestar-se sobre (I) atividades exercidas no período no âmbito de suas atribuições; (II) avaliação da efetividade dos controles internos da supervisionada, com evidenciação das deficiências detectadas; (III) descrição das recomendações apresentadas à Presidência ou ao Diretor-Presidente, especificando aquelas não acatadas, com as respectivas justificativas; (IV) avaliação da efetividade da auditoria contábil independente e da auditoria contábil interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à supervisionada, além de seus regulamentos e códigos internos, com evidenciação das deficiências detectadas; e (V) avaliação da qualidade das demonstrações financeiras relativas aos respectivos períodos, com ênfase na aplicação das práticas contábeis adotadas no Brasil e no cumprimento de normas editadas pelo CNSP e pela SUSEP, com evidenciação das deficiências detectadas.

Atividades do Comitê

O Comitê atua por meio de reuniões e conduz análises a partir de documentos e informações que lhe são submetidas, como nas avaliações das informações recebidas da Administração, dos Auditores Independentes, da Auditoria Interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e, nas suas próprias análises decorrentes de observação direta.

No decorrer do ano de 2023, o Comitê desenvolveu suas atividades com base em um plano de trabalho elaborado nos termos do seu Regulamento, que incluiu 53 reuniões com a Alta Administração e os principais gestores para: (i) acompanhamento e monitoramento dos trabalhos efetuados pelo sistema de controles internos, pelas atividades de gestão de riscos e pela função de conformidade; (ii) avaliação do planejamento, do escopo e da efetividade dos trabalhos executados pela Auditoria Interna e Auditoria Externa; (iii) avaliação das áreas responsáveis pela elaboração das demonstrações financeiras (qualidade e integridade); (iv) acompanhamento dos trabalhos desenvolvidos pela Seguradora para enfrentamento dos efeitos da COVID-19 até o 1º Semestre; (v) acompanhamento das ações efetuadas pela Administração relativas ao descasamento do indexador IGP para planos de Previdência tradicional, envolvendo a recomposição da carteira com novos papéis/lastroos financeiros, bem como avaliação da carteira de investimentos; (vi) acompanhamento para regularização da PVR – Provisão de Valores a Regularizar, e (vii) atenção ao cumprimento das exigências regulatórias pela área de Governança.

Nesse sentido, em quatro reuniões, no ano, com o Conselho de Administração o COAUD apresentou a Avaliação dos Controles Internos, implicando em alterações em determinados processos da empresa, incluindo a continuidade da estruturação de uma central de Fraudes para atender e ter condições de apoiar a Seguradora, com melhorias em sua Governança.

Nessas reuniões, além de registrarmos nossas considerações relativas à área de Controle Interno, conforme regras estabelecidas, recomendamos no âmbito operacional para as empresas do Grupo, destacando: (a) à Auditoria Externa que continuassem a desafiar os modelos e premissas para constituição das provisões técnicas; (b) à área de Gestão de Riscos o acompanhamento das questões de Risco Cibernético, com a mensuração do nível desse risco com a estruturação de uma área específica para tratamento deste item e criação de indicadores de riscos para esse assunto; (c) à área de Gestão de Riscos a finalização para utilização do rating do Cliente do Banco para melhorar a régua de análise na questão do PLDF, e; (d) continuar o processo de devolução dos

valores registrados em PVR – Provisão de Valores a Regularizar, com as ações implementadas em 2022, e também quando das certificações das provisões técnicas, em havendo desvios, a imediata comunicação, conforme governança estabelecida. Recomendamos, ainda, o acompanhamento, por parte da Auditoria Interna do conglomerado Bradesco e da Auditoria Externa KPMG dos quesitos contábeis, onde foram apresentados os planos de ações e regularizações, objeto de destaques no decorrer do ano de 2023, procedimentos esses que estão aderentes às práticas da Auditoria.

Adicionalmente, com relação aos trabalhos realizados pela auditoria interna, nos quesitos contábeis, o Comitê teve acesso aos relatórios elaborados, não tendo havido nenhuma recomendação adicional aos planos de ação apresentados na finalização desses trabalhos, estando todos eles dentro dos prazos ajustados durante os trabalhos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, é da Administração da Seguradora. Também é de sua responsabilidade o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações e a implementação e supervisão das atividades de controle interno e gestão da conformidade.

O Comitê estabeleceu canal regular de comunicação com os auditores independentes, tendo tomado ciência do plano anual de trabalho e dos trabalhos realizados e seus resultados. O Comitê também avaliou a aderência dos auditores independentes às políticas e normas que tratam da manutenção e do monitoramento da objetividade e independência com que essas atividades devem ser exercidas.

A auditoria independente é responsável por examinar as demonstrações financeiras e emitir relatório sobre sua adequação em conformidade com as normas brasileiras de auditoria estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). O Comitê de Auditoria teve acesso a esse relatório, não tendo havido nenhuma recomendação por parte dos auditores independentes.

O Comitê avaliou os processos de elaboração das demonstrações financeiras e debateu com a Administração e com os Auditores Independentes as práticas contábeis relevantes utilizadas e as informações divulgadas nos respectivos documentos, não tendo registrado apontamentos.

O Comitê não tomou ciência de nenhuma ocorrência de evento, denúncia, descumprimento de normas, ausência de controles, ato ou omissão por parte da Administração ou evidência de fraude, bem como erros relevantes nas demonstrações financeiras, que, por sua relevância, colocassem em risco a continuidade da Seguradora ou a fidelidade de suas demonstrações financeiras. Cumpridas as suas atribuições, na forma descrita neste relatório, o Comitê de Auditoria, consideradas as suas responsabilidades e as limitações inerentes ao escopo e alcance de sua atuação, entende que o sistema de controles internos, a auditoria interna e a auditoria contábil independente KPMG atendem os requisitos de efetividade requeridos pelo regulamento vigente. O Comitê é de opinião que as demonstrações financeiras correspondentes ao ano de 2023, findo em 31 de dezembro de 2023 estão em conformidade e recomenda ao Conselho de Administração a sua aprovação.

Barueri, 27 de fevereiro de 2024

Alexandre da Silva Glüher - Coordenador

Roberto Westenberger - Membro

Paulo Pereira Ferreira - Membro

Paulo Sergio Rodrigues - Membro

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas Bradesco Vida e Previdência S.A.

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção da **Bradesco Vida e Previdência S.A.** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2023 (doravante denominados, em conjunto, “itens auditados”), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Bradesco Vida e Previdência S.A.** em 31 de dezembro de 2023, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Rio de Janeiro, 27 de fevereiro de 2024.

pwc PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Marcos Penteado de Ulhoa Rodrigues, 939, 12°,
Torre Jatobá, Castelo Branco Office Park - Barueri – SP – Brasil 06460-040 Dinarte Ferreira Bonetti
MIBA 2147
CNPJ 02.646.397/0006-23 - CIBA 105